

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

STÉFANI CORRÊA ALVES

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE/RS**

Alegrete

2016

STÉFANI CORRÊA ALVES

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE/RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Engenharia Econômica da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Engenharia Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Lopes Goularte

Alegrete

2016

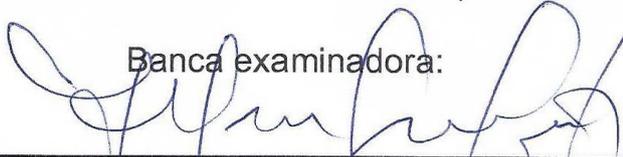
STÉFANI CORRÊA ALVES

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE/RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Engenharia Econômica da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Engenharia Econômica.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30/09/2016.

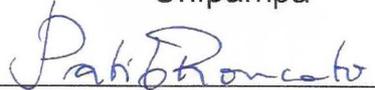
Banca examinadora:



Prof. Jeferson Luís Lopes Goularte
Orientador
Unipampa



Profa. Fabiane Tubino Garcia
Unipampa



Profa. Patricia Eveline dos Santos Roncato
Unipampa

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, e pela alegria de viver...

Aos meus familiares pelo incentivo, apoio, carinho e paciência que tiveram comigo e, por compreenderem que minha falta de tempo era por um objetivo maior...

A esta universidade e aos professores da pós-graduação por me motivarem a buscar cada vez mais o conhecimento...

Ao meu orientador, Prof. Jeferson Luís Lopes Goularte, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos...

Aos colegas de turma pelos momentos vividos juntos, e pela troca de informações tão importante para mim nesse momento...

Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha caminhada, o meu muito obrigada!

RESUMO

Este estudo tem como tema o uso da informação contábil como instrumento de gestão nas micro e pequenas empresas do município de Alegrete/RS. Traz como objetivos específicos: demonstrar quais são as informações disponibilizadas pelos profissionais de contabilidade do município, identificar as características das informações contábeis e sua utilização para a tomada de decisão, além de avaliar a percepção dos empresários e dos profissionais de contabilidade quanto à importância das demonstrações contábeis no processo de gestão das micro e pequenas empresas localizadas no município. O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, com respaldo em abordagem qualitativa e quantitativa, o embasamento do trabalho se deu por pesquisa bibliográfica através de levantamentos que envolveram o tema em estudo, além de entrevista semiestruturada com profissionais contábeis e micro e pequenos empresários do município de Alegrete/RS. Através da análise dos resultados, ficou evidenciado que há uma discordância quanto à opinião dos entrevistados em relação às informações disponibilizadas pelo profissional contábil e a recebida pelo micro e pequeno empresário, demonstrando assim que a maioria dos empresários desconhece todo o potencial de informações que os profissionais contábeis têm a oferecer. A análise demonstra ainda que a maioria dos micro e pequenos empresários entrevistados não costumam utilizar as informações contábeis como base para tomar decisões. Embora os empresários em sua maioria reconheçam a credibilidade e a importância das informações geradas através das demonstrações contábeis eles as substituem muitas vezes por controles internos, transformando a contabilidade em executora das obrigações fiscais e trabalhistas. Esta constatação também fica evidenciada quando de forma unânime, empresários e profissionais contábeis, afirmam que o atendimento a parte legal e fiscal da empresa está entre as principais atribuições da escrituração contábil, desviando-se assim do real objetivo da Ciência Contábil.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas. Informação Contábil. Gestão

ABSTRACT

This study has as its theme the use of accounting information as a management tool in the micro and small companies of the municipality of Alegrete/RS. Has as specific objectives: to demonstrate what are the information provided by municipal accounting professionals, to identify the characteristics of accounting information and its use for decision making and to evaluate the perception of business and accounting professionals on the importance of the demonstrations accounting in the process of management of micro and small enterprises located in the municipality. This study is characterized as a descriptive research, with a focus on document analysis and support in qualitative approach, the basis of the work was given by bibliographical research through surveys involving the subject under study, as well as semi-structured interviews with accounting and micro professionals and small business owners in the city of Alegrete / RS. By analyzing the results, it was evident that there is a disagreement as to the opinion of the respondents regarding the information provided by professional accounting and received by micro and small business, demonstrating that most business owners unaware of the full potential of information professionals accounting have to offer. The analysis also shows that the majority of micro and small entrepreneurs interviewed do not usually use accounting information as a basis for making decisions. Although respondents mostly recognize the credibility and importance of the information generated through the financial statements they replace them often for internal controls, turning the accounting mere executor of tax and labor obligations. This finding is also evidenced when unanimously, business and financial professionals say the service legal and tax the company is among the main tasks of bookkeeping, a detour in the real aim of Accounting Science.

Keywords: Micro and Small Enterprises. Accounting Information. Management

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 – Classificação das MPEs Segundo o Número de Empregados
- Quadro 02 – Balanço Patrimonial da Entidade
- Quadro 03 – Demonstração do Resultado da Entidade
- Quadro 04 – Resumo - Demonstrações Contábeis Obrigatórias
- Quadro 05 – Resumo - Índices de Liquidez
- Quadro 06 – Resumo - Índices de Endividamento e Estrutura de Capital
- Quadro 07 – Resumo - Índices de Rentabilidade e Lucratividade
- Quadro 08 – Origens e Aplicações de Caixa
- Quadro 09 – Perfil dos Entrevistados
- Quadro 10 – Classificação da Amostra Segundo o Número de Empregados
- Quadro 11 – Classificação da Amostra Segundo a Lei Complementar nº 123/2006
- Quadro 12 – Identificação das Necessidades de Informação
- Quadro 13 – Características da Informação Contábil
- Quadro 14 – Tomada de Decisão

LISTA DE ABREVIATURAS

ME – Micro Empresa

EPP – Empresa de Pequeno Porte

PME's – Pequenas e Médias Empresas

MGE – Médias e Grandes Empresas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

CSE – Cadastro SEBRAE de Empresas

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade

ITG – Interpretações Técnicas Gerais

NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral

BP – Balanço Patrimonial

DRE – Demonstração de Resultado do Exercício

NE – Notas Explicativas

DRA – Demonstração do Resultado Abrangente

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DLPA – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

IFRS – International Financial Reporting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E LEGISLAÇÃO	12
2.1 LEGISLAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	12
2.2 NORMAS CONTÁBEIS APLICADA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	16
2.2.1 Características das Demonstrações Contábeis	18
2.2.2 Demonstrações Contábeis Obrigatórias	21
2.2.2.1 Balanço Patrimonial.....	22
2.2.2.2 Demonstração do Resultado (DR).....	23
2.2.2.3 Notas Explicativas (NE).....	25
2.2.3 Demonstrações Contábeis Obrigatórias por Entidades	26
2.3 GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	27
2.3.1 Análise Econômico-financeira	30
2.3.1.1 Índices de Liquidez.....	30
2.3.1.2 Índices de Endividamento e Estrutura de Capital	32
2.3.1.3 Índices de Rentabilidade e Lucratividade	33
2.3.2 Fluxo De Caixa	35
2.3.3 Orçamento Empresarial	38
3 METODOLOGIA	40
3.1 MÉTODO.....	41
3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	42
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	43
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	44
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS	45
4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	62

1 INTRODUÇÃO

Com a grande competitividade do mercado, as empresas precisam ser cada vez mais eficientes na gestão de seus recursos e através de informações precisas e consistentes elas poderão ter esse embasamento, visando sua continuidade e sobrevivência.

No Brasil, nos últimos anos, temos visto um forte aumento na criação de novas empresas, muitas delas optantes pelo Simples Nacional, regime fiscal diferenciado e favorável aos Pequenos Negócios. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2013, p. 07), “em dezembro de 2012, havia 7,1 milhões de empresas registradas nesse regime. Este número ficou 26% acima do verificado em dezembro do ano anterior. Em 2011, a expansão já havia sido de quase 30%”.

Com base nos dados do Cadastro SEBRAE de Empresas (CSE), foi possível constatar que o número de Microempresas (ME) no Brasil saiu de 4,1 milhões, em 2009, para 5,15 milhões, em 2012, representando crescimento de 25,2% no período. No tocante às Empresas de Pequeno Porte (EPP), em 2009, somavam 660 mil. Em 2012, totalizaram 945 mil, com elevação de 43,1%, superando a taxa de crescimento das Médias e Grandes Empresas (MGE), de 31,2% (SEBRAE, 2014).

Ainda, segundo o SEBRAE (2014, p. 09), “as ME e EPP empregavam, em 2011, 13,1 milhões de trabalhadores formais, sendo que as ME optantes pelo Simples Nacional respondiam por 60,4% do total de empregos existentes no conjunto de ME, e as EPP optantes, por 76,9% do total de empregos nas EPP”.

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído por meio da Lei Complementar nº 123, de 2006 (2012, p. 09), ressalta que, “no Brasil, as pequenas empresas oferecem mais da metade dos empregos formais. Elas congregam mais de treze milhões de trabalhadores e, no ano de 2008 foram responsáveis por quase quarenta por cento da massa salarial do país”.

No entanto, um ponto que deve ser observado, é o fato de que muitos micros e pequenos empresários não se utilizam de um sistema de gestão eficaz, o que pode acelerar o processo de mortalidade de suas empresas. Muitas vezes, por desconhecimento ou por falta de assessoria por parte de seus profissionais contábeis, os pequenos empresários não utilizam as informações adquiridas através

das demonstrações contábeis, deixando de se beneficiar de importantes dados que poderão ser de grande utilidade na gestão do próprio negócio.

Desta forma, seu gerenciamento e suas decisões, passam a se basear apenas em suas experiências e seu conhecimento no assunto, muitas vezes insuficiente. Segundo o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), em seu Manual de Técnicas e Práticas de Gestão Estratégica nas Pequenas e Médias Empresas, descreve:

O uso das informações contábeis para análise das informações de custo e para a tomada de decisões é uma tarefa fundamental para apoiar a direção da empresa. No caso das pequenas e microempresas, a direção é constituída, geralmente, por um proprietário (a), extremamente atarefado, que pouco ou nada conhece dessa “linguagem dos números” e pouco tempo tem para se dedicar a análises sobre os resultados de suas decisões. Agindo com base na intuição, aplica certas regras práticas (heurísticas) que aprendeu ao longo de sua vida. As informações permitem dar um suporte com maior carga de racionalidade às decisões que o empresário deve tomar (CRCSP, 2011, p. 01).

Diante deste cenário, se justifica a elaboração do presente estudo, cujo tema abordado é “O Uso da Informação Contábil Como Instrumento de Gestão nas Micro e Pequenas Empresas do Município de Alegrete/RS”.

Cada empresa possui a sua maneira de controlar os recursos, os gestores possuem as informações e muitas vezes as avaliam de forma equivocada. A forma de gerir as informações contábeis que serão utilizadas pela empresa poderá ser adaptada de acordo com suas necessidades, antes, porém deve-se levar em conta o seguinte questionamento: Qual a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas e dos profissionais de contabilidade em relação à importância atribuída às informações contábeis e sua utilização para que a empresa alcance a otimização de seus resultados?

Com o intuito de solucionar o questionamento proposto foi disposto o seguinte objetivo geral: Analisar a percepção dos empresários e dos profissionais de contabilidade quanto à utilização das demonstrações contábeis no processo de gestão das micro e pequenas empresas localizadas no município de Alegrete/RS.

Para alcançar o objetivo principal deste estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar o perfil dos empresários e profissionais contábeis que atuam no município de Alegrete; demonstrar quais são as informações fornecidas pelos profissionais de contabilidade do município; descrever

os benefícios da utilização das informações contábeis como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas.

Este estudo está estruturado em cinco seções. Após a introdução, ora apresentada, aborda-se a revisão bibliográfica e legislação, onde se encontram as teorias e fundamentos que deram suporte à análise dos resultados. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada. Na sequência, são apresentados os resultados encontrados e as respectivas discussões. E, por fim, a conclusão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E LEGISLAÇÃO

2.1 LEGISLAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A Lei nº 6.404/1976 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, em seu Capítulo XV trata do Exercício Social e das Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas, que é aplicável extensivamente às demais sociedades, estabelece no art. 176 da Lei nº 6.404/1976 que ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração de Resultado do Exercício (DRE); Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) (BRASIL, 1976).

O parágrafo 1º da Lei nº 6.404/1976, descreve que as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação, com a estrita observância aos preceitos da legislação comercial e aos Princípios de Contabilidade.

“A Lei nº 6.404/1976 trouxe muitas inovações às demonstrações contábeis, enfatizando a melhoria de qualidade e confiabilidade das informações que seriam, então, divulgadas pelas empresas” (GERON, 2008, p.29).

Embora a Lei nº 6.404/1976, tenha trazido com ela muitos avanços, surge com o passar do tempo à necessidade de adaptações e mudanças na lei. Conforme destaca o estudo de Sousa (2012, p.14):

No ano de 2000, foi apresentado à Câmara dos Deputados o projeto de Lei nº 3.741, propondo a modernização da Lei nº 6.404/1976, de maneira a acabar com as barreiras regulatórias existentes e alinhar as normas e práticas contábeis às internacionais, ou seja, as IFRS (International Financial Reporting Standards). No ano de 2007, o projeto foi aprovado dando lugar a Lei nº 11.638/2007.

Com a publicação da Lei nº 11.638/2007, fica estabelecido, em seu art. 1º que o art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com algumas alterações, entre elas, o fato de que não será mais obrigatória a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da referida Lei, sendo este substituído pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Lucros ou

Prejuízos Acumulado poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, além da obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado se companhia aberta, (BRASIL, 2007).

Porém, de acordo com o estudo de Silva (2013):

Com a lentidão do processo burocrático brasileiro, a nova lei, aprovada após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, não capturou todas as inovações das normas internacionais. Por isso, para suprir a lacuna existente e acompanhar a tendência mundial, o governo brasileiro editou a Medida Provisória nº 449/08, que em 27 de maio de 2009, foi convertida na Lei nº 11.941/09, que, em conjunto com a Lei nº 11.638/07, alterou os dispositivos contábeis da Lei nº 6.404/76.

Desta forma, em 2009, surge a Lei nº 11.941 e com ela, as seguintes alterações em seu art. 37:

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 176. § 5º As notas explicativas devem:

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

IV – indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3o);

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;

f) o número, espécies e classes das ações do capital social;

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1o); e

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia (BRASIL, 2009).

Já para as micro e pequenas empresas, com a finalidade de simplificar os processos realizados, o governo federal criou uma lei especial, a Lei Complementar nº 123/2006. Essa lei trouxe também uma definição própria para enquadramento de

micro e pequenas empresas, no entanto, essas empresas devem aplicar subsidiariamente a legislação societária para a escrituração contábil e apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo Sampaio (2012, p. 40):

A Lei Complementar nº 123/06 emerge, exatamente, para regulamentar o “tratamento favorecido” às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. [...] Portanto, trata-se de uma lei inteiramente originada com respaldo constitucional e que vem concretizar políticas públicas inseridas pelo constituinte originário em forma de normas abertas.

A Lei Complementar nº 123/2006 instituiu o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Segundo esse estatuto em seu art. 3º:

Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I – no caso da microempresa afigure, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); II – no caso da empresa de pequeno porte afigure, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (BRASIL, 2012, p. 13).

O Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que tem a atribuição de prestar serviços a essas empresas, apresenta classificações para micro e pequenas empresas, utilizando como critério, o número de empregados, conforme Quadro 01:

Quadro 01 – Classificação das MPEs segundo o número de empregados

Porte/Setor	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 empregados	Até 09 empregados
Empresa de Pequeno Porte	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados
Médias	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
Grandes	500 ou mais empregados	100 ou mais empregados

Fonte: Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) 2013.

O Quadro 01 apresenta a classificação das Micro e Pequenas Empresas em função do número de empregados. Segundo esta classificação, indústrias com até 19 empregados são consideradas microempresas, com 20 a 99 empregados são

consideradas empresas de pequeno porte, de 100 a 499 empregados são consideradas empresas de porte médio e com 500 empregados ou mais, são consideradas empresas de grande porte.

Em se tratando de empresas de comércio e serviço, quando possuírem até 09 empregados são consideradas microempresas, com 10 a 49 empregados são consideradas empresas de pequeno porte, de 50 a 99 empregados são consideradas empresas de porte médio e com 100 empregados ou mais, são consideradas empresas de grande porte.

No entanto, vale ressaltar que o presente critério não possui fundamentação legal, para fins legais, vale o previsto na legislação do Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, a Lei Complementar nº 123/2006.

O Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte vem estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Os benefícios criados pelo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, a exceção do tratamento tributário diferenciado, aplicam-se também ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar.

Conforme descreve o SEBRAE em sua Cartilha da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, os principais benefícios previstos na Lei Geral são:

Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias, desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária; dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias, simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPEs; facilitação do acesso ao crédito e ao mercado; preferência nas compras públicas, estímulo à inovação tecnológica, incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios, incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho, regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização, parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional (SEBRAE, 2007, p. 05).

Desta forma, o Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte é de grande importância para o futuro dos pequenos negócios, pois introduz uma maior justiça tributária, simplifica o pagamento de impostos, diminui a burocracia para a abertura e fechamento de empreendimentos, facilita o acesso ao

crédito, estimula as exportações, incentiva a cooperação, entre outras inovações.

Logo após a sanção da Lei Complementar nº 123/2006, o que se apresentava como prioridade absoluta era a questão da tributação, tendo em vista que a queixa fundamental dos pequenos empresários era a carga tributária, e o próprio Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte foi instituído para aliviá-lo. Então, toda a energia foi concentrada para viabilizar o Simples Nacional.

A data de entrada em vigor do Simples Nacional foi fixada pela Lei Complementar nº 123/2006, no entanto, esse adiamento de seis meses tinha recebido críticas ácidas no Congresso, que tinha pressa de ver o diploma legal dar resultados e apostava no crescimento imediato da economia (SEBRAE, s.d., p.21).

2.2 NORMAS CONTÁBEIS APLICADA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com o estudo de Silva (2013), em virtude da representatividade das pequenas e médias empresas para o mundo dos negócios, visando facilitar a adoção e o entendimento dos profissionais da Contabilidade que atuam nas pequenas e médias empresas, em dezembro de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com base nas normas internacionais de contabilidade publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ou Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, aprovou o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Com o objetivo de seguir a tendência mundial, o Conselho Federal de Contabilidade transformou em Normas Brasileiras de Contabilidade todos os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em virtude da transformação dos Pronunciamentos Técnicos, em Normas Brasileiras de Contabilidade, em 2011, com a revogação da NBC T 19.13 que tratava da escrituração contábil simplificada para microempresas e empresas de pequeno porte, estas empresas passaram a ser normatizadas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2009). “Com a aprovação da Interpretação Técnica Geral 1000(ITG 1000), fica instituído um tratamento contábil diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sem que isso venha significar a possibilidade de ausência de escrituração contábil, ou a

sua manutenção sem observância aos Princípios da Contabilidade” (CRCPR, 2013, p.80).

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), em seu Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos, descreve:

Após aprovação, em 2007, da Lei nº 11.638, que desencadeou o processo de convergência das normas contábeis brasileiras, muito se questionou se as pequenas, micro e médias empresas – 98% das empresas em funcionamento no país - estariam obrigadas a seguir as diretrizes definidas pelo International Accounting Board (IASB), órgão que vem editando o International Financial Reporting Standard (IFRS). Amplamente esclarecido e justificado que sim - o IFRS não vale somente para as grandes empresas, mas atinge todas -, é necessário ressaltar apenas que há tratamento diferenciado para cada segmento, considerando as respectivas particularidades. As pequenas e médias empresas, por exemplo, devem seguir as normas expostas na NBC TG 1000 - resolução CFC 1.255/2009. Já as micro e empresas de pequeno porte estão contempladas na ITG 1000, aprovada pela resolução CFC 1.418/2012 (CRCPR, 2013, p. 04).

A Resolução nº 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, visa desobrigar estas empresas da adoção da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG 1000 – Contabilidade para PMEs, permitindo-lhes adotar um modelo simplificado para a escrituração e elaboração de demonstrações contábeis, levando em consideração a realidade quanto ao porte, volume de negócios e transações realizadas por esse conjunto de entidade (CRCPR, 2013).

As entidades definidas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que tenha auferido no ano calendário anterior receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, podem optar pela adoção da ITG 1000, já aplicável para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 (CFC, 2012).

Em relação à escrituração contábil, o CFC, através da ITG 1000, aprovada pela Resolução n.º 1.418/2012 define ainda em seus itens de 08 a 11 que: A escrituração contábil deve ser realizada com observância aos princípios de contabilidade; as receitas, as despesas e os custos do período da entidade devem ser escriturados contabilmente, de acordo com o regime de competência; os lançamentos contábeis no livro Diário devem ser feitos diariamente. É permitido, contudo, que os lançamentos sejam feitos ao final de cada mês, desde que tenham

como suporte os livros ou outros registros auxiliares escriturados em conformidade com a ITG 2000– Escrituração Contábil; para transações ou eventos materiais que não estejam cobertos por esta interpretação, a entidade deve utilizar como referência os requisitos apropriados estabelecidos na ITG 2000 – Escrituração Contábil e na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CRCPR 2013).

Segundo a Resolução n.º 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, item 06: “A microempresa e a empresa de pequeno porte que não optaram pela adoção desta Interpretação devem continuar a adotar a NBC TG 1000 ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais completas, quando aplicável”.

2.2.1 Características das Demonstrações Contábeis

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em seu manual de Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas determina que:

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (Balanço Patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e Fluxos de Caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação. (CFC, 2012, p. 13).

Segundo a Resolução n.º. 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 02: “O objetivo do relatório contábil-financeiro é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade, que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade”. (CFC, 2011).

O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), através da sua obra Demonstrações Contábeis: Aspectos Práticos – Elaboração e Apresentação Conceitual de Acordo com o IFRS descreve:

As informações geradas mediante a utilização de um sistema contábil organizado, em especial aquelas extraídas das demonstrações contábeis, para serem úteis à gestão empresarial requerem que sejam preparadas observando os Princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade. As

Normas Brasileiras de Contabilidade constituem as balizas que regem o ordenamento contábil hoje vigente, já os Princípios de Contabilidade, em especial, são as luzes que iluminam os procedimentos a serem usados quando dos registros dos fatos contábeis e elaboração das demonstrações contábeis. Por sua vez, essas demonstrações ganham um brilho maior, quando as informações se revestem de características qualitativas, vindo a somar-se aos próprios Princípios de Contabilidade (CRCPR, s.d., p.15).

As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários, as quais foram aprovadas pela Resolução nº 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade, sendo as características qualitativas de melhoria: compreensibilidade, comparabilidade, tempestividade e verificabilidade (CFC, 2011).

De acordo com Resolução nº. 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade, item 30: “A característica da Compreensibilidade tem por objetivo classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível”.

O Conselho Federal de Contabilidade, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de sua publicação, Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2012, define que:

Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido. Os relatórios contábil-financeiros são elaborados na presunção de que o usuário tem conhecimento razoável de negócios e que age diligentemente, mas isso não exclui a necessidade de ajuda de consultor para fenômenos complexos. (CFC, 2013, p. 12)

A característica da Comparabilidade determina que os usuários devam ser capazes de comparar as Demonstrações Contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem, também, ser capazes de comparar as Demonstrações Contábeis de diferentes entidades para avaliar suas posições patrimoniais e financeiras, desempenhos e fluxos de caixa relativos. Assim, a mensuração e a apresentação dos efeitos financeiros de transações semelhantes e outros eventos e condições devem ser feitas de modo consistente pela entidade, ao longo dos diversos períodos, e também por entidades diferentes. Adicionalmente, os usuários devem ser informados das políticas contábeis empregadas na elaboração

das Demonstrações Contábeis, e de quaisquer mudanças nessas políticas e dos efeitos dessas mudanças (CRCPR, 2013, p. 16).

Segundo Resolução nº. 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 23:

Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. A comparabilidade da informação contábil-financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes. (CFC, 2011)

Tempestividade envolve oferecer a informação dentro do tempo de execução da decisão. Se houver atraso injustificado na divulgação da informação, ela pode perder sua relevância. Conforme destacado na Resolução nº. 1.374/2011: “Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade” (CFC, 2011)

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), em seu manual sobre Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade (CRCRS, 2016 p. 118) determina que: “para a Tempestividade ser considerada uma característica das demonstrações contábeis, os fenômenos patrimoniais devem ser registrados no momento de sua ocorrência e divulgados em tempo hábil para os usuários”.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de sua publicação, Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2012, a característica da verificabilidade por sua vez: “Implica em diferentes observadores poderem chegar a um consenso sobre o retrato de uma realidade econômica, podendo, em certas circunstâncias, representar uma faixa de possíveis montantes com suas respectivas probabilidades”. (CFC, 2013, p. 12)

Desta forma, a verificação pode ser direta ou indireta, de acordo com a Resolução nº. 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 27:

Verificação direta significa verificar um montante ou outra representação por meio de observação direta, como, por exemplo, por meio da contagem de caixa. Verificação indireta significa checar os dados de entrada do modelo, fórmula ou outra técnica e recalcular os resultados obtidos por

meio da aplicação da mesma metodologia. Um exemplo é a verificação do valor contábil dos estoques por meio da checagem dos dados de entrada (quantidades e custos) e por meio do recálculo do saldo final dos estoques utilizando a mesma premissa adotada no fluxo do custo (por exemplo, utilizando o método PEPS). (CFC, 2011)

Portanto, a informação contábil deve ser de fácil compreensão, afinal ela não será utilizada apenas por profissionais da área, devem preferencialmente seguir um padrão, para que facilite a comparabilidade entre os exercícios contábeis, serem divulgadas em tempo hábil para os diversos usuários, uma vez que ela poderá influenciar o usuário em sua decisão e ser verificável, visando permitir que diferentes observadores possam chegar a um consenso embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto à realidade da empresa.

É frequentemente necessário um balanceamento entre as características qualitativas. Geralmente, o objetivo é atingir um equilíbrio apropriado entre as características, a fim de satisfazer aos objetivos das demonstrações contábeis e de quem as utiliza.

2.2.2 Demonstrações Contábeis Obrigatórias

A ITG 1000 aprovada pela Resolução n.º 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte devem elaborar e divulgar obrigatoriamente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas. No entanto, nada impede que as mesmas possam elaborar e a divulgar o conjunto completo de Demonstrações Contábeis, que além do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, também inclui a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Resultados Abrangentes, além das Notas Explicativas (CFC, 2012).

As Demonstrações Contábeis devem ser identificadas, no mínimo, com as seguintes informações: a denominação da entidade; a data de encerramento do período de divulgação e o período coberto e a apresentação dos valores do período encerrado na primeira coluna, e na segunda os valores do período anterior.

No entanto, vale ressaltar que as estruturas das demonstrações contábeis devem obedecer ao que foi estabelecido através da Lei nº 6.404/1976 em seu Capítulo XV e suas posteriores alterações, através das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

2.2.2.1 Balanço Patrimonial

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS): “No Balanço Patrimonial, a entidade deve classificar os ativos como Ativo Circulante e Não Circulante e os passivos como Passivo Circulante e Não Circulante, como grupos de contas separados no balanço patrimonial”. (CRCRS, 2011, p. 53)

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), em seu Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos, descreve:

O Ativo deve ser classificado como Ativo Circulante quando se espera que seja realizado até 12 meses da data de encerramento do balanço patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional. Todos os outros ativos devem ser classificados como Ativo Não Circulante (CRCPR, 2013, p. 82).

Ainda de acordo com o CRCPR (2013, p. 82): “O Passivo deve ser classificado como Passivo Circulante quando se espera que seja exigido até 12 meses da data de encerramento do balanço patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional. Todos os outros passivos devem ser classificados como Passivo Não Circulante”;

Desta forma, o CRC/PR (2008), em seu Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos, destaca que:

O Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos. Já o Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação. E o Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do Ativo, o resultado é denominado “Passivo a Descoberto”. (CRC/PR, 2008, p. 139).

O Balanço Patrimonial é uma importante demonstração contábil, por meio do qual se pode apurar (atestar) a situação patrimonial e financeira da entidade em um determinado momento. O Balanço Patrimonial evidencia claramente o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade, como pode ser observado no Quadro 02:

Quadro 02 – Balanço Patrimonial da Entidade

EMPRESA: MINIMERCADO VITÓRIA LTDA					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013					
EXPRESSO EM R\$					
	31.12.2014	31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas à Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas à Pagar		
			Provisões		
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Investimentos			Financiamentos		
Imobilizado			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas			Reservas de Capital		
			Reservas de Lucro		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
TOTAL DO ATIVO			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

Fonte: Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos–CRCPR (2013)

Conforme o Manual de Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC 2008): “O Patrimônio Líquido não é uma dívida da Entidade para com seus sócios ou acionistas, pois estes não emprestam recursos para que ela possa ter vida própria, mas, sim, os entregam, para que com eles forme o Patrimônio da Entidade”. (CFC 2008, p. 18)

2.2.2.2 Demonstração do Resultado (DR)

O desempenho da empresa, encontrado a partir do confronto das receitas e despesas da entidade durante um exercício social pode ser apresentado, através da

Demonstração do Resultado (DR). Silva (2013) em seu estudo destaca que: “a Demonstração de Resultado deve apresentar todos os itens de receita e despesa reconhecidos no período”.

No mínimo, a Demonstração do Resultado deve incluir e evidenciar os grupos de contas apresentados no Quadro 03

Quadro 03 – Demonstração do Resultado da Entidade

EMPRESA: MINIMERCADO VITÓRIA LTDA		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013		
EXPRESSO EM R\$		
	31.12.2014	31.12.2013
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
Caixa e Equivalentes de Caixa		
= RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
= LUCRO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

Fonte: Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos–CRCPR (2013)

As despesas com tributos sobre o lucro devem ser evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício. Quaisquer ganhos ou perdas, quando significativos, por serem eventuais e não decorrerem da atividade principal e acessória da entidade devem ser evidenciados na Demonstração do Resultado do Exercício separadamente das demais receitas, despesas e custos do período (CRC/PR, 2013, p. 83).

De acordo com os Princípios Contábeis e Normas Brasileiras de Contabilidade:

A demonstração do resultado do exercício é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade. Além de ser observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas (CFC, 2008, p 142).

Outras contas adicionais, nomes de grupos e subtotais devem ser apresentados no Balanço Patrimonial ou na Demonstração do Resultado do Exercício se forem relevantes e materiais para a entidade.

2.2.2.3 Notas Explicativas (NE)

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), em seu Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos, descreve que:

No mínimo, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis devem incluir: declaração explícita e não reservada de conformidade com esta Interpretação; descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades; referência às principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis; descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade; descrição resumida de contingências passivas, quando houver; qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis (CRCPR, 2013, p. 83).

De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas, inúmeras demonstrações podem ser elaboradas a partir da escrituração, oferecendo uma gama de informações importantes para o gerenciamento do negócio. Evolução das receitas, custos, despesas e resultados, por exemplo, são as demonstrações que mais interessam ao empresário, e, com

certeza, o profissional mais habilitado para elaborar, explicar e discutir essas informações são os Profissionais de Contabilidade (COELHO NETO, 2002)

Através das informações contábeis e do uso correto das mesmas, o gestor da empresa terá a sua disposição todo o suporte necessário para a execução de planos estratégicos, visando atingir suas metas previstas através do direcionamento de sua ação empresarial. Por meio da utilização das informações contidas nas demonstrações contábeis, as metas estabelecidas para o crescimento de uma empresa atingirão resultados satisfatórios, tornando-se assim um instrumento importante para a obtenção do sucesso almejado.

2.2.3 Demonstrações Contábeis Obrigatórias por Entidades

Visando facilitar o que foi colocado sobre a ITG 1000, a NBC TG 1000 e a escrituração completa estabelecida através da IFRS – International Financial Reporting Standards, que são as Normas Internacionais de Contabilidade fica demonstrado através do Quadro 04, um comparativo das principais demonstrações e suas obrigatoriedades:

Quadro 04– Resumo - Demonstrações Contábeis Obrigatórias

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME/EPP (ITG 1000)	PMEs (NBC TG 1000)	EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO (IRFS COMPLETO)
Balanco Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado do Exercício	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	Facultativo	Facultativo	Não Exigido
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Obrigatório
Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

Fonte: Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos–CRCPR (2013)

Conforme observado no Quadro 04, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e as Notas Explicativas, são as únicas demonstrações contábeis obrigatórias para as microempresas e empresas de pequeno porte, sendo as demais, de elaboração facultativa, conforme estabelecido na ITG 1000, aprovada através da Resolução n.º 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

Para as Pequenas e Médias Empresas, de acordo com a NBC TG 1000, aprovada através da Resolução n.º 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, são as únicas demonstrações contábeis obrigatórias, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido poderiam ser substituídas pela Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração do Valor Adicionado torna-se elaboração facultativa.

Por fim, foi através das mudanças introduzidas pela International Financial Reporting Standards (IFRS) aplicadas na alteração da Lei n.º 6.404/1976 através das Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, que se permitiu a convergência das normas de contabilidade adotadas no Brasil de acordo com as normas internacionais.

2.3 GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Atualmente vivemos em uma constante mudança na nossa estrutura econômica, onde não há mais lugar para o amadorismo e o improvisado, em seu estudo, Santos, Dorow e Beuren (2016, p. 154) destacam que: “a tomada de decisão não pode ser apenas baseada na intuição ou experiência do gestor. São necessários instrumentos que forneçam informações confiáveis, fidedignas e oportunas para auxiliar no processo decisório”.

Esta busca pela melhoria e eficiência, induz os responsáveis pela gestão empresarial, a avaliarem suas decisões embasadas em informações consistentes, desta forma a presença de um sistema contábil gerencial tem se tornando cada vez mais indispensável. “Um sistema de informação contábil é gerencial quando o sistema possui características de operacionalidade de tal forma que preencha todas as necessidades informacionais dos administradores para o gerenciamento de uma entidade” (PADOVEZE, 2010, p. 04).

As formas de gerenciamento das empresas têm evoluído ao longo da história, em especial na medida em que a sociedade avançava da era industrial para a era da informação e, dessa, para a era do conhecimento.

Em seu Manual de Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destaca que: “a contabilidade gerencial é um sistema de informações financeiras e operacionais empregado para mensurar, avaliar e posicionar investimentos e resultados empresariais, fornecendo orientações para tabulação do fluxo de caixa, planejamento, controles e tomadas de decisão” (CFC, 2008, p. 38).

No mundo dos negócios a inovação no processo de gestão empresarial é de suma importância, oportunidades de negócios surgem o tempo todo, resta à empresa estar preparada para esses desafios caso ela deseje permanecer competitiva e ampliar seu mercado. Atualmente, a falta de um gerenciamento eficaz, pode ser considerada uma das principais causas da mortalidade das micro e pequenas empresas, no entanto, “não bastam que as informações sejam produzidas, é necessário que cheguem à pessoa certa, no formato desejado e no momento oportuno” (SANTOS, DOROW E BEUREN, 2016, p. 155).

Para se evitar que a falta de planejamento financeiro leve a empresa a falência é que surge a necessidade da gestão empresarial de acompanhar o desempenho da mesma através da contabilidade. Esta atua como uma fonte de informações recebidas de diversas áreas da empresa, o processamento, análise e interpretação dessas informações transformam-se num grande banco de dados, que deverá ser utilizado para fins gerenciais.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade: “As informações contidas nas demonstrações que são emitidas a partir da contabilidade tornam-se importantes para, entre outros aspectos, analisar as causas que levam grande número de microempresas e empresas de pequeno porte a fecharem suas portas prematuramente” (CFC, 2008, p. 42). Assim, a utilização de ferramentas de gestão é essencial para as empresas.

O aumento da competitividade entre as empresas exige a utilização de ferramentas diferenciadas na gestão dos recursos e atividades. Controle de custos, processos, análise das informações contábeis, planejamento estratégico e operacional, elaboração de orçamentos e projeção das demonstrações contábeis, são exemplos de ferramentas modernas e que

permitem aos gestores alcançar melhores resultados na gestão de empresas dos mais diversos portes (SÖTHE E KAMPHORST, 2009).

Segundo o Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas: “A Contabilidade é, sem dúvida, a maior fonte de informações sobre o patrimônio da empresa, permitindo conhecer, com facilidade, todos os fatos que ocasionaram alteração qualitativa ou quantitativa, servindo de bússola na administração dos negócios e contribuindo para o alcance dos objetivos”. (COELHO NETO, 2002, p. 85).

Nesse sentido pode-se utilizar da contabilidade gerencial que segundo Santos *et al* (2009), “A contabilidade gerencial baseia-se fundamentalmente em traduzir e interpretar os dados constantes nos relatórios contábeis, de forma a proporcionar ao administrador condições de entender essas informações, tornando-as úteis no processo decisório”. A gestão empresarial obtém a informação desses instrumentos de controle através da figura do profissional da contabilidade, ele é responsável pela preparação dos demonstrativos contábeis e financeiros que esclarecem a posição patrimonial e financeira da empresa.

Os demonstrativos financeiros auxiliam os administradores a tomar decisões envolvendo o melhor uso do caixa, a realização de operações eficientes, a melhor alocação de fundos entre os ativos e o financiamento eficaz de operações e de investimentos. Para interpretar os demonstrativos financeiros, usam-se em partes índices financeiros, relatórios gerenciais, demonstrativos de fluxo de caixa, orçamentos de caixa entre outros (GROPPELLI, 2006, p.13).

Como uma forma de facilitar as ações dos gestores, promover a eficácia organizacional, através da integralização das áreas e geração contínua de informações para a tomada de decisões, surge à necessidade de acesso a um sistema de informações que habilite os gestores, que na maioria das micro e pequenas empresas também é o proprietário, a tomar o melhor curso de ações entre as alternativas apresentadas, objetivando a melhoria contínua para que o resultado seja efetivamente atingido.

Através das demonstrações contábeis e financeiras podemos elaborar várias análises, dentre elas a análise por índices ou indicadores financeiros. “Com a interpretação dos números, as tomadas de decisão terão maior respaldo. As informações da contabilidade gerencial, pelas suas características, proporcionam maior confiança e firmeza aos gestores no processo decisório” (SANTOS *et al* 2009).

2.3.1 Análise Econômico-financeira

A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras (OLIVEIRA, 2012, p. 34 *apud* LEMES, RIGO e CEROBIM, 2002).

A avaliação dos índices financeiros pode ser feita por meio de comparação com os índices-padrão do ramo de negócios da empresa, ou ainda com os índices-padrão do setor de atividades que a mesma presta. Os chamados índices-padrão são obtidos de centenas de demonstrações contábeis de empresas diferentes que são classificadas por ramo de atividade pertencente (OLIVEIRA, 2012).

Para Matarazzo (2010, p. 86): “os índices podem ser divididos em três grupos, sendo eles: Índices de Liquidez, Índices de Estrutura de Capital e Índices de Rentabilidade e Lucratividade”.

De acordo com Neto (2012) é possível, com base nos índices, serem feitas algumas análises, como por exemplo: Análise de Liquidez: visa o conhecimento da capacidade de pagamento das empresas, ou seja, suas condições de quitar no vencimento todos seus compromissos pessoais que foram assumidos. Receberá ainda, o equilíbrio financeiro e se há necessidade de investimento em capital de giro; Análise de Endividamento: basicamente avalia a proporção dos recursos próprios e de terceiros utilizados pela empresa, sua dependência financeira em relação a dívidas de curto prazo, a natureza de suas exigibilidades e por fim o seu risco financeiro; Análise de Rentabilidade e Lucratividade: avalia economicamente o desempenho da empresa, dimensionando o retorno sobre os investimentos feitos pela empresa e a lucratividade que é apresentada pelas vendas.

2.3.1.1 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez apresentam informações de natureza financeira:

Os Índices de Liquidez fornecem um indicador da capacidade que a empresa possui de pagar suas dívidas, partindo da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. Com isso, uma empresa com índices de liquidez considerados bons possui boa capacidade de pagar suas

dívidas, todavia, isto não significa que a mesma esteja pagando suas dívidas em dia (OLIVEIRA, 2012, p. 47).

Para Matarazzo (2010, p. 86) “os índices de liquidez, dividem-se em: liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca”, conforme observado no Quadro 05

Quadro 05 – Índices de Liquidez

Índice	Fórmula
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Seca	$\frac{\text{Disponível} + \text{Títulos a Receber} + \text{Outros Ativos de Rápida Conversibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$

Fonte: Matarazzo (2010).

O índice de Liquidez Geral (LG) fornece quanto à empresa possui em bens, dinheiro e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer frente a todas suas dívidas.

Indica quanto à empresa possui de Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total (COSTA; NOGUEIRA, 2010). Esse indicador é utilizado como uma medida de segurança da empresa a longo prazo vindo a revelar sua capacidade de saldar todos seus compromissos.

De acordo com Oliveira (2012, p. 48): “O índice de Liquidez Corrente (LC) fornece quanto à empresa possui em bens, dinheiro e direitos realizáveis no próximo exercício, em comparação com suas dívidas a serem quitadas no mesmo período”.

Para Debastiani e Russo (2008, p.81): “Quanto maior for o valor desse indicador, melhor, pois isso indica que a empresa possui capacidade para pagamento de suas dívidas e disponibilidade financeira”.

O índice de Liquidez Seca (LS) fornece quanto à empresa possui entre aplicações financeiras, duplicatas a receber e dinheiro para fazer frente ao Passivo Circulante da mesma.

O índice de liquidez seca é semelhante ao índice de liquidez corrente, exceto pelo fato de que exclui os estoques, geralmente os ativos circulantes menos líquidos de todos. A comum baixa liquidez dos estoques resulta normalmente de dois fatores básicos: (1) muitos tipos de estoques não podem ser vendidos com facilidade porque são itens parcialmente acabados e/ou tem finalidades específicas; (2) o produto estocado é normalmente vendido a prazo, o que significa que se transformam em contas a receber antes de ser convertido em caixa (GITMAN 2004, p. 46).

2.3.1.2 Índices de Endividamento e Estrutura de Capital

Estes índices relacionam a composição de capitais, sendo eles próprios e/ou de terceiros, que vão medir os níveis de imobilização de recursos da empresa e que procuram diversas relações na estrutura da dívida da mesma (OLIVEIRA, 2012, p. 54 *apud* SANVICENTE, 1997).

Se faz necessário na análise de endividamento que se detecte dois pontos, que são eles: para complemento dos capitais próprios para realização de aplicações produtivas a empresa precisou recorrer a dívidas; ou ainda se para pagamento de dívidas que estavam vencendo a empresa recorreu a outras dívidas (OLIVEIRA, 2012).

O índice de endividamento de uma empresa indica o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros. Como é necessário saldar as obrigações antes de distribuir lucros aos acionistas, estes por sua vez, procuram verificar a capacidade de pagamento de dívidas da empresa. “Quanto mais uma empresa servir-se de dívidas a custo fixo, maiores serão o risco e o retorno dela esperados” (GITMAN 2004, p. 49).

Para Oliveira (2012, p. 54): “os índices de endividamento e estrutura de capital, dividem-se em: Endividamento Geral; Participação de Capitais de Terceiros Sobre os Recursos Totais; Composição do Endividamento; Imobilização do Capital Próprio; e Imobilização dos Recursos Permanentes”. Conforme observado no Quadro 06

Quadro 06 – Índices de Endividamento e Estrutura de Capital

Índice	Fórmula
Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível de Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \times 100$
Participação de Capitais de Terceiros Sobre Recursos Totais	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$
Imobilização do Capital Próprio	$\frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
Imobilização dos Recursos Permanentes	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Exigível a Longo Prazo} + \text{Patrimônio Líquido}} \times 100$

Fonte: Oliveira (2012).

Para Gitman (2004, p. 50) “O índice de endividamento geral mede a proporção dos ativos totais financiadas pelos credores da empresa”. Esse índice

revela a dependência da empresa quanto a recursos de terceiros para o financiamento de ativos. “Quando esses índices trazem elevados resultados, isto quer dizer que a empresa está excessivamente endividada” (OLIVEIRA, 2012, p. 54).

A participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais da empresa é verificada através de um índice de endividamento. Esse índice indica a porcentagem de recursos totais da empresa que são advindos de terceiro, ou seja, esse índice indica quanto à empresa tomou de capitais de terceiros em relação ao capital próprio.

A composição do endividamento de uma empresa mostra se há existência ou não, do excesso de dívidas a curto prazo sobre as exigibilidades totais. Segundo Matarazzo (2010, p. 86): “A composição do endividamento nada mais é que o percentual de obrigações de curto prazo, em relação às obrigações totais.” Se a empresa estiver operando com muitas dívidas de curto prazo, esse percentual se encontrará bastante alto e isto poderá prejudicar até mesmo a liquidez corrente.

Através do índice de Imobilização do capital próprio, será fornecido quanto do capital próprio da empresa está investido em ativos permanentes. Uma empresa com altos investimentos no permanente terá menos recursos próprios para o ativo circulante e com isso, terá uma dependência de capital de terceiros para o financiamento do capital de giro (OLIVEIRA, 2012, p. 56).

Segundo Assaf Netto (2012, p. 150): “Em se tratando de índice de Imobilização dos Recursos Permanentes, como o próprio nome já diz, ele identifica o nível de imobilização dos recursos permanentes (longo prazo) da empresa, isto é, o percentual dos recursos próprios que está financiando os ativos permanentes”.

Este índice fornecerá o percentual que a empresa aplicou no ativo permanente, considerando os recursos não correntes, ou seja, “bens e direitos não destinados à transformação direta em meios de pagamento e cuja perspectiva de permanência na Entidade ultrapasse um exercício” (COELHO NETO, 2002, p. 77).

2.3.1.3 Índices de Rentabilidade e Lucratividade

Os índices de rentabilidade constituem medidas que indicam a relação entre o lucro da empresa e diversos itens tomados como referência. São também chamados de índices de lucratividade ou retorno.

Os índices de rentabilidade ou de lucratividade são medidas que fazem relação entre os retornos da empresa com suas vendas, seus ativos ou ao seu patrimônio líquido. Permitem avaliar os lucros da empresa em relação as suas vendas, a um certo nível de ativos ou aos investimentos dos proprietários. Para continuar existindo, a empresa precisa apresentar lucratividade, pois sem ela não há como atrair capital externo e nem satisfazer aos credores e proprietários (CHIAVENATO, 2005, p. 88).

De acordo com Matarazzo (2010, p. 86): “Os índices de rentabilidade dividem-se em: Taxa de Retorno Sobre o Investimento ou Rentabilidade do Ativo, Giro do Ativo, Margem Líquida e Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido ou Rentabilidade do Patrimônio Líquido”, conforme demonstrado no Quadro 07

Quadro 07 – Índices de Rentabilidade e Lucratividade

Índice	Fórmula
Taxa de Retorno Sobre investimento	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo Total}}$
Giro do Ativo	$\frac{\text{Venda Líquida}}{\text{Ativo Total}}$
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Venda Líquida}}$
Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$

Fonte: Matarazzo (2010).

A Taxa de retorno sobre investimentos indica quanto à empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 reais do investimento total (MATARAZZO, 2010).

Para Assaf Neto (2012, p. 226): “O Giro do ativo indica o número de vezes que o ativo total da empresa girou (transformou-se em dinheiro) em determinado período em relação às vendas realizadas”.

Quanto maior se apresentar esse giro, melhor terá sido o desempenho da empresa, por meio de um melhor retorno de suas aplicações.

Fornece o valor que a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 do total investido (MATARAZZO, 2010). Ou seja, faz a relação do volume de vendas da empresa com o capital total investido. Para uma empresa ter sucesso dependerá em primeiro lugar de apresentar um volume de vendas adequado.

A Margem líquida demonstra o quanto das vendas líquidas, permaneceu a empresa na forma de lucro líquido. Um aumento contínuo da margem líquida, no decorrer da linha do tempo, indica que a empresa está melhorando seu desempenho e gerando cada vez mais lucros com o mesmo volume de vendas (DEBASTIANI; RUSSO, 2008, p. 87).

Segundo Chiavenato (2005, p. 90): “A margem líquida define a porcentagem de cada real de venda que sobrou após a dedução de todas as despesas, inclusive do imposto de renda”.

Já a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, indica quanto à empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00, do investimento de capital próprio. Pode-se dizer que dá a rentabilidade que a empresa fornece aos recursos que seus acionistas investiram (OLIVEIRA, 2012, p. 59).

Portanto, pode-se dizer que existem inúmeras medidas de rentabilidade para uma empresa, dessa maneira devem-se avaliar os lucros que a mesma obteve em relação as suas vendas, ativos ou investimentos dos proprietários (GITMAN, 2004, p. 52).

2.3.2 Fluxo de Caixa

De acordo com Macedo *et al* (2011, p. 305) *apud* Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007), “o objetivo primário do Fluxo de Caixa é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período”.

O Fluxo de Caixa é o movimento de entradas e saídas de recursos financeiros do caixa, isto é, das origens e das aplicações de caixa. Segundo Chiavenato (2005, p. 57): “As origens de caixa são fatores que aumentam o caixa da empresa, enquanto as aplicações de caixa são itens que o reduzem”, conforme observado no Quadro 08

Quadro 08 – Origens e Aplicações de Caixa

ORIGENS BÁSICAS DO CAIXA (Entradas)	APLICAÇÕES MAIS COMUNS DO CAIXA (Saídas)
Uma diminuição num ativo	Um aumento num ativo
Um aumento no passivo	Uma diminuição num passivo
Lucro líquido após o Imposto de Renda	Um prejuízo líquido
Depreciação	Pagamento de dividendos em moedas

Fonte: Chiavenato (2005)

De acordo com o CRCSP (2011, p. 07), “Todas as operações e decisões, em algum momento no tempo, afetam o caixa. Assim, pode-se afirmar que todas as

decisões que têm efeito no patrimônio e no lucro da empresa, em algum momento têm um efeito no caixa”, conforme observado no Quadro 08.

Um aumento num ativo pode ser observado pelo fato de a empresa ter aumentado o prazo médio de recebimento (aumento na conta clientes ou duplicatas a receber), a entidade deixou de arrecadar caixa (ou emprestou mais recursos para seus clientes). E o efeito dessa alteração da política de vendas é uma diminuição do fluxo de caixa, também considerado uma saída de caixa.

Dentre as principais causas que poderão ocasionar diminuição ou escassez de recursos financeiros na empresa, segundo Zdanowicz (1986, p. 39) está a “ampliação exagerada dos prazos de vendas pela empresa, para conquistar o mercado”. Já Pivetta (2005) destaca que “o empreendedor, ao conceder prazo para pagamento ou descontos aos clientes, pode gerar a necessidade de captação de recursos para pagamento das próprias obrigações”.

Uma vez que ocorra o contrário, havendo uma diminuição do ativo, através da redução do prazo de recebimento de vendas, a empresa irá arrecadar mais, pois emprestará recursos com prazos menores acarretando um aumento no fluxo de caixa obtendo entradas em caixa num prazo mais reduzido.

Desta forma, de acordo com Zdanowicz (1986, p. 41):

O departamento de vendas não deve tomar decisões isoladas [...] uma decisão quanto ao escalonamento das entregas pode repercutir no fluxo de caixa da empresa, uma vez que determina os prazos de recebimentos das duplicatas e define o período de pagamento por parte dos clientes.

Uma vez que se tem um aumento no passivo, como por exemplo, na conta “fornecedores”, através do aumento dos prazos médios de pagamento, se têm uma origem de caixa, pois se deixa de tirar dinheiro do caixa para pagar os fornecedores à vista. Como os prazos foram dilatados, a empresa compradora tem mais tempo para pagar os fornecedores, portanto fica com mais saldo de caixa. Ocorrendo uma diminuição do prazo de pagamento, também haverá uma redução no passivo, pois a empresa terá que despender mais caixa para pagar os fornecedores à vista devido à redução do prazo médio de pagamento, havendo assim um aumento na retirada dos recursos do caixa.

Para que haja um equilíbrio financeiro na empresa, Zdanowicz (1986, p. 42) destaca que “os prazos concedidos pelos fornecedores devem ser analisados e

comparados com os prazos de recebimento de clientes, evitando assim que haja um descompasso entre os ingressos e desembolsos de caixa”.

No Quadro 08 também se pode observar que, se a empresa opera com lucro, o mesmo será considerado uma origem de caixa, pois aumentará o saldo do caixa. No entanto, havendo prejuízo, significa que a empresa perdeu dinheiro, conseqüentemente esse valor uma vez que não entrou no caixa, o reduziu, ocasionando uma saída ou aplicação de caixa.

Quanto à depreciação, pode-se considerar como uma despesa que não envolve saída de caixa, sendo desta forma considerada uma origem ou entrada de caixa, conforme destacado no estudo de Pivetta (2005), “o montante de despesas não desembolsadas atribuídas ao período, principalmente a depreciação são custos, porém não representam uma saída de caixa”.

No entanto, o pagamento de dividendos em moeda, é a divisão do lucro aos sócios e proporciona uma saída ou aplicação de caixa, desta forma, “tanto a recompra de ações quanto o pagamento de dividendos pode resultar em saída financeira” (PIVETTA, 2005).

Conforme o CRCSP (2011 p. 37): “Analisar e elucidar as origens e destinações de caixa para o gestor pode parecer algo banal, porém o uso da técnica adequada, de maneira oportuna, pode revelar informações relevantes para as decisões que o gestor está tomando”.

Através do Fluxo de Caixa de uma empresa é que os gestores irão obter as informações necessárias para possuir uma base que irá avaliar a capacidade da empresa de gerar recursos e suas necessidades de utilização. Através do fluxo de caixa é que os analistas ou gestores obterão uma fonte segura para elaborar seu planejamento financeiro.

O Manual de Técnicas e Práticas de Elaboração de Fluxo de Caixa para Pequenas e Médias Empresas descreve:

A não consideração da perspectiva financeira das decisões tomadas pelos gestores pode levar a empresa a situações em que ela mantenha recursos financeiros ociosos, o que representa um custo (custo de oportunidade do capital mantido ocioso), ou situações em que a empresa dependa de recursos emergenciais, o que também gera custos financeiros muitas vezes incompatíveis com o retorno gerado pelos negócios. A análise e acompanhamento das informações do fluxo de caixa permitem ao gestor tomar ações presentes para que essas situações não ocorram no futuro e, conseqüentemente, não ocorram esses ônus desnecessários (CRCSP 2011, p. 6).

Portanto, o Fluxo de Caixa pode ser considerado uma ferramenta de gestão importante, pois poderá evidenciar a capacidade financeira de autofinanciamento de suas operações, através da capacidade de geração de caixa e do controle dos itens financeiros da empresa. Desta forma “uma empresa, antevendo um excedente de caixa, poderá planejar seus investimentos de forma segura, ao passo que, estimando uma escassez de caixa poderá projetar as fontes de financiamento para suprir suas necessidades” (ZDANOWICZ, 1986, p. 48).

Acompanhar os fluxos financeiros e planejar as ações da empresa de maneira que esses fluxos não levem à empresa a situações como a insolvência é de fundamental importância para garantir a continuidade dos negócios.

2.3.3 Orçamento Empresarial

O orçamento é a forma pela qual a empresa, através de um planejamento adequado, consegue prever ou projetar, por um período determinado suas despesas e receitas, para desta maneira poder prever antecipadamente as operações que deverão ser tomadas de acordo com as previsões projetadas.

Castanheira (2008, p. 26) *apud* Frezzatti (2006) define em seu estudo que: “O orçamento empresarial é um produto do planejamento estratégico que atua como alerta aos gestores. É um plano financeiro e cronológico, normalmente para um ano, que visa implementar a estratégia escolhida”.

Para Fernandes (2005, p. 18):

Orçamento é um plano administrativo-financeiro que cobre todas as fases operacionais por um período determinado, ou seja, é uma expressão formal das diretrizes, políticas, planos e metas estabelecidas pela alta direção de uma empresa, buscando quantificar e, valorizar tais operações, tanto sobre o aspecto global, quanto sobre as diversas divisões e setores das organizações.

As análises de avaliação de desempenho baseadas em fatos passados, retirados dos balanços e das demonstrações contábeis continuam sendo uma alternativa para a tomada de decisão. A mesma também poderá ocorrer, uma vez que algum padrão for montado e organizado partindo de um programa orçamentário, afinal, “o orçamento empresarial se destaca por identificar a eficiência ou a fragilidade no desempenho das atividades da empresa, permitindo acompanhar em

que sentido está ocorrendo o progresso para atingir os objetivos” (SÖTHE E KAMPHORST, 2009, p.10).

Desta forma, serão criados padrões econômicos capazes de projetar possíveis resultados para o futuro, afinal, um dos principais objetivos do planejamento é se antecipar aos problemas e tratá-los previamente e a utilização do orçamento como ferramenta de apoio pode ser de suma importância.

De acordo com o estudo de Castanheira (2008), “Para que o processo orçamentário seja eficaz, deve estar apoiado num sistema de informações gerenciais consistente, deve ser parte integrante do sistema de informações contábeis e gerenciais a serem utilizadas para a tomada de decisões”.

O ponto fundamental do plano orçamentário é o processo de estabelecer objetivos para todo o conjunto de operações da empresa, para que desta forma todos trabalhem sinergicamente em busca dos planos e lucros, ou seja, “um sistema orçamentário fundamenta-se na estimativa de gastos e/ou receitas futuras para todas as áreas da empresa” (PADOVEZE, 2010, p. 04).

Alguns propósitos gerais que devem fazer parte do sistema orçamentário é a utilização do orçamento como um meio para projeção e planejamento, um instrumento de avaliação e controle e ainda uma fonte de informação para a tomada de decisão.

Para Padoveze (2010, p. 519):

[...] o processo de estabelecer objetivos, deve ser um processo interativo que coordena os objetivos gerais com os objetivos específicos. Dentro dessa linha de atuação, o processo orçamentário deve permitir a participação de toda a estrutura hierárquica com responsabilidade orçamentária, não devendo ser um processo ditatorial com uma única direção, de cima para baixo.

Com todos os colaboradores envolvidos no processo orçamentário, haverá uma delegação de tarefas, permitindo assim o comprometimento de todos através de uma gestão participativa. “A preparação de um orçamento para toda a empresa tende a melhorar a utilização dos recursos por ela disponíveis e a ajustá-los às atividades consideradas prioritárias” (SÖTHE E KAMPHORST, 2009, p.10).

Cardoso, Mário e Aquino (2007, p. 250) destacam que para começar um orçamento é necessário primeiro: “ter uma perspectiva da receita bruta a ser auferida pela entidade, bem como as despesas decorrentes destas receitas”. As

receitas poderão ser obtidas através de uma projeção de vendas e as despesas são consideradas as comissões dos vendedores e os tributos incidentes sobre as receitas.

Ainda de acordo com o que foi abordado por Cardoso, Mário e Aquino (2007), após determinar o volume de vendas, e o volume a ser produzido, deverá ser estimado o custo de produção e as demais despesas necessárias para proporcionar à empresa funcionar. Uma vez identificadas às receitas e sua política de recebimento (ingressos de caixa), os custos, as despesas e os investimentos, e as respectivas políticas de pagamento (egressos de caixa), o gestor é capaz de identificar se haverá sobra de caixa ou necessidade de novos recursos.

Desta forma, com uma gestão adequada, o plano orçamentário chegará a sua etapa final, que é o controle orçamentário, através da análise dos desempenhos individuais de cada um. Oliveira, Peres Júnior e Silva (2008, p. 119) afirmam que “a elaboração do orçamento tem por base o Planejamento Estratégico da entidade, e seu acompanhamento sistemático resulta no controle”.

Assim, “os elementos básicos ou fundamentais do controle orçamentário são a previsão, o orçamento e o controle. A larga utilização do controle orçamentário, através de objetivos e planos bem definidos, constitui condição indispensável ao sucesso empresarial” (SÖTHE E KAMPHORST, 2009, p.18).

Afinal, o controle orçamentário não resolve todos os problemas administrativos da empresa, mas fornece dados importantes para a tomada de decisão, tornando assim mais eficaz e preciso o cumprimento das metas estabelecidas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de um levantamento com análise documental e realização de entrevistas.

De acordo com Gil (1996, p.46), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A abordagem qualitativa por sua vez, está relacionada ao levantamento de dados, principalmente através de entrevistas semiestruturadas. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) *apud* Goldenberg (1997, p. 34):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa [...] Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Para a pesquisa qualitativa, o pesquisador seleciona os sujeitos de acordo com o problema da pesquisa. O tamanho e a complexidade da população são os principais determinantes no tamanho e no tipo de amostra contemplado. As pesquisas qualitativas permitem maior liberdade na composição dos casos e/ou unidades a serem escolhidas (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 68).

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. As amostras geralmente são consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 33).

3.1 MÉTODO

No presente estudo, utilizou-se o método de levantamento, no Município de Alegrete, Rio Grande do Sul. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 38): “Entre as vantagens dos levantamentos, temos o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez na obtenção de dados”.

Pode-se dizer que os levantamentos tornam-se adequados para estudos descritivos. São muito úteis para o estudo de opiniões e atitudes, porém pouco indicados no estudo de problemas referentes a relações e estruturas sociais complexas (GIL, 2002, p. 52).

Para definição da amostra, utilizou-se amostragem não probabilística, definida por conveniência, em que foram selecionados 05 (cinco) profissionais de que prestam serviços de contabilidade. Esses profissionais de contabilidade indicaram três empresas clientes totalizando 15 empresas, levando em consideração

o porte, com base no critério de faturamento estabelecido pela Lei Geral, instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte).

Após a seleção dos profissionais de contabilidade e a indicação de clientes, foram realizadas as entrevistas com os empresários, em número de 15 (quinze) e com os 05 (cinco) profissionais de contabilidade, totalizando 20 entrevistas, de acordo com os Apêndices 01 e 02.

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

As técnicas de coletas de dados foram: à pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, através de formulário com perguntas abertas e fechadas. Por pesquisa bibliográfica entende-se segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 37): “aquela realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

A contribuição das entrevistas semiestruturadas para a pesquisa, segundo GIL (2002, p. 117), é que “Nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias”.

Os roteiros para as entrevistas semiestruturadas, tanto para os profissionais contábeis, como para os empresários, foram estruturados tendo como base os objetivos do estudo, bem como a revisão bibliográfica e legislação. Os roteiros das entrevistas foram construídos combinando as questões a fim de contrapor as opiniões de ambos, a respeito do tema em estudo.

Para que houvesse uma validação do instrumento para coleta de dados, além do orientador do estudo, um profissional contábil e um empresário realizaram uma avaliação do roteiro de entrevista proposto, somente após as alterações solicitadas e as adaptações necessárias, o roteiro foi aprovado para ser aplicado. Todas as entrevistas foram realizadas face a face, gravadas e transcritas na íntegra pela própria pesquisadora.

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise das entrevistas semiestruturadas foi por meio da abordagem qualitativa em que a análise e interpretação ocorreram em confrontação com a revisão bibliográfica e legislação, dessa forma configurando a triangulação do estudo.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 84): “para analisar, compreender e interpretar um material qualitativo faz-se necessário superar a tendência ingênua a acreditar que a interpretação dos dados será mostrada espontaneamente ao pesquisador; é preciso penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade”.

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 84) *apud* Minayo (2007):

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações.

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: descrição e classificação das respostas em categorias de análise, bem como a organização e classificação dos documentos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também à interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente (GIL, 2002, p. 125).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentadas as principais análises obtidas através da realização do estudo. Partindo do perfil dos entrevistados, da caracterização das empresas e da análise das entrevistas.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Nesta seção serão apresentados os perfis dos entrevistados, conforme demonstrado no Quadro 09

Quadro 09 – Perfil dos Entrevistados

Idade (Anos)	20-35	36-50	Mais de 50	Total
Profissionais Contábeis	01	02	02	05
Empresários	04	10	01	15
Sexo	Masculino	Feminino		Total
Profissionais Contábeis	04	01	-	05
Empresários	10	05	-	15
Formação	Ensino Fundamental	Ensino Médio ou Técnico	Graduação	Total
Profissionais Contábeis	-	05	-	05
Empresários	01	06	08	15
Experiência na área (Anos)	Menos de 03	03-05	Mais de 05	Total
Profissionais Contábeis	01	-	04	05
Empresários	-	02	13	15

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Dos cinco profissionais contábeis entrevistados, um possui de 20 a 35 anos, dois estão na faixa de 36 a 50 anos e dois tem mais de 50 anos de idade. Destes, quatro são do sexo masculino e um do feminino e todos têm como formação o técnico em contabilidade além de nenhum deles possuir pós-graduação. Quanto ao tempo profissional na área contábil, um dos cinco profissionais entrevistados possui menos de três anos e o restante têm mais de 5 anos de experiência na área.

Além disso, quatro dos cinco profissionais contábeis entrevistados dedicam tempo à educação continuada, um deles através de cursos oferecidos pelo CRC ou CFC de forma anual e três através de outros cursos e palestras da área contábil de forma mensal e trimestral, um dos entrevistados não costuma participar de nenhum curso ou palestra da área.

Dos 15 empresários entrevistados, quatro possuem de 20 a 35 anos de idade, dez estão na faixa de 36 a 50 anos e apenas um tem mais de 50 anos. Destes, dez são do sexo masculino e cinco do sexo feminino, dos 15 entrevistados, oito têm curso superior completo, um dos quais com curso de especialização. A

distribuição de escolaridade dos demais é: um com ensino fundamental e seis com ensino médio.

Esses empresários atuam como sócios em suas empresas, dos 15 entrevistados, treze possuem mais de cinco anos de experiência e dois deles atuam entre 3 e cinco anos no mercado.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Procurando conhecer as características gerais das empresas, buscou-se classificá-las pelo porte, primeiramente utilizando-se o critério do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013), que toma por base o número de empregados. Observa-se que a maioria, ou seja, 73,33% das empresas da amostra são microempresa e apenas 26,67% são empresas de pequeno porte, conforme observado no Quadro 10

Quadro 10 – Classificação da amostra segundo o número de empregados

Critério de Classificação/Porte	Microempresa			%
Nº de Empregados	(até 19 empregados)	(até 09 empregados)		
Ramo de Atividade	Indústria	Comércio	Serviço	
Nº de Empresas	02	05	04	73,33
Critério de Classificação/Porte	Empresa de Pequeno Porte			%
Nº de Empregados	(de 20 a 99 empregados)	(de 10 a 49 empregados)		
Ramo de Atividade	Indústria	Comércio	Serviço	
Nº de Empresas		04		26,67
Total	02	09	04	100

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Dentre as atividades das 15 empresas que compõe a amostra, nove atuam no comércio, quatro no setor de serviços e duas tem como atividades a indústria e o comércio simultaneamente. Das doze empresas do setor de comércio e serviço, nove têm até 09 empregados, estando assim enquadradas como microempresa e quatro apresentam no seu quadro funcional, entre 10 e 49 empregados, enquadrando-se assim de acordo com os critérios do SEBRAE (2013), como empresa de pequeno porte. Além disso, duas empresas atuam no setor de indústria e comércio, possuindo até 19 empregados e classificando-se como microempresa.

No entanto, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, considerando as respostas dadas pelos empresários entrevistados, observa-se que 66,67% das empresas da amostra são classificadas como microempresa e 33,33% são empresas de pequeno porte, conforme observado no Quadro 11:

Quadro 11 – Classificação da amostra segundo a lei complementar nº 123/2006

Porte	Número de Empresas	%
Microempresa (até R\$ 360.000,00)	10	66,67
Empresa de Pequeno Porte (de R\$ 360.000,01 a R\$ 3.600.000,00)	05	33,33
Total	15	100

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

De acordo com as respostas concedidas pelos empresários em relação ao faturamento anual de suas empresas, é possível identificar que dez das 15 empresas que compõe a amostra, faturam anualmente até R\$ 360.000,00, enquadrando-se como microempresa, duas faturam de 360.000,00 a 1.440.000,00, uma entre 1.440.000,00 e 2.520.000,00 e duas faturam de 2.520.000,00 a 3.600.000,00, dando um total de cinco empresas enquadradas como empresa de pequeno porte.

Quanto ao tempo de atuação das empresas no mercado, quatorze das 15 empresas atuam há mais de 05 anos. Além disso, no que se refere à amostra das empresas que prestam serviços contábeis, três tem até cinco funcionários, uma apresenta no seu quadro funcional, até 10 empregados e uma até 20 empregados, destas apenas uma atua a menos de 03 anos no setor estando as demais atuando com tempo superior a cinco anos na profissão contábil.

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta seção será apresentada a análise qualitativa dos dados, com base nas entrevistas realizadas com os profissionais contábeis e os empresários. Destaca-se que a análise está apresentada de acordo com as dimensões da pesquisa: identificação das necessidades de informação contábil, características da informação contábil e por fim a tomada de decisão nas microempresas e empresas

de pequeno porte. O Quadro 12 demonstra a identificação das necessidades de informação contábil.

Quadro 12 - Identificação das Necessidades de Informação

Aspectos Pesquisados	Empresários	Profissionais Contábeis
Documentação Entregue	-Notas fiscais de venda, de compras e despesas. -Redução Z/ ou Faturamento. -Livro ponto dos funcionários -Extratos bancários	-Guias fiscais para pagamento de tributos. -Folha de pagamento. -Balanços e balancetes. -Fluxo de Caixa -Orçamento -Análise Econômica
Documentação Recebida	-Folha de Pagamento. -Guias para pagamentos de tributos entre eles Simples Nacional e Previdência Social. -Balanços e Balancetes.	-Notas fiscais de venda, compras e despesas. -Livro ponto dos funcionários -Extratos bancários -Todo documento que gira com CNPJ da empresa.
Utilização de Outras Formas de Controle Gerencial	-Planilhas em Excel. -Anotações de compras. -Anotações de vendas. -Livro Caixa. -Sistemas Internos.	-Análise vertical e horizontal. -Planilhas em Excel. -Controle do movimento da empresa através de um sistema informatizado interno. -Anotações manuais.
Questionamento das Informações	-Esclarecer algum resultado expressivo. -Questionam quando julgarem necessário. -Não questionam por confiar na informação.	-Alguns têm o hábito de questionar e analisar as informações junto ao profissional contábil. -Muitos não questionam, contratam o profissional contábil apenas para parte fiscal e tributária.
Necessidade de Informações Extras	-Não, pois produzem as informações extras que necessitam. -Sim, avaliação financeira e carga tributária.	-Sim, principalmente na questão tributária. -Explicar ao empresário como funciona a sua empresa do ponto de vista contábil, orientar formas legais e corretas que devem ser adotadas por ele visando melhorar o próprio negócio.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Em relação à escrituração contábil, o CFC, através da ITG 1000, aprovada pela Resolução n.º 1.418/2012 define em seus itens de 08 a 11 que a escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade e as receitas, as despesas e os custos do período da entidade devem ser escriturados contabilmente de acordo com o regime de competência, permitindo, no entanto, que os lançamentos sejam feitos ao final de cada mês. (CFC, 2012)

Desta forma, no que se refere à identificação das necessidades de informação, fica demonstrado, através do Quadro 12 que a maior parte da

documentação entregue mensalmente ao profissional contábil pelo empresário se restringe a questões tributárias e fiscais através do faturamento e das notas fiscais de venda, compras e despesas, de questões trabalhistas através do livro ponto dos funcionários e conciliação bancária através dos extratos bancários. No entanto, os profissionais contábeis destacam que, toda e qualquer movimentação ou informação relacionada à empresa deve ser informada pelo empresário.

Já os profissionais de contabilidade, tendo por base o que diz o Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº. 1.374/2011, ao destacar que “o objetivo do relatório contábil-financeiro é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade, que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade” (CFC, 2011), afirmam que todas as informações e demonstrações contábeis são fornecidas aos seus clientes.

Entre elas, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, consideradas demonstrações contábeis obrigatórias para as microempresas e empresas de pequeno porte conforme determinado na ITG 1000, aprovada pela Resolução n.º 1.418/2012. (CFC, 2012)

Para interpretar os demonstrativos financeiros, são usados em partes índices financeiros, relatórios gerenciais, demonstrativos de fluxo de caixa, orçamentos de caixa entre outros, visando auxiliar o administrador a tomar decisões. (GROPPELLI, 2006). Desta forma, além das demonstrações contábeis obrigatórias, os profissionais de contabilidade, afirmam disponibilizar também informações referentes ao fluxo de caixa, promovendo informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, da empresa, ocorridos durante o período (MACEDO, 2011), orçamento, através da estimativa de gastos e/ou receitas futuras da empresa (PADOVEZE, 2010) e análise econômica através dos índices ou indicadores financeiros, buscando diagnosticar a posição atual da empresa e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras (OLIVEIRA, 2012), afinal com a interpretação dos números, as tomadas de decisão de seus clientes terão maior respaldo. As informações da contabilidade, pelas suas características, proporcionam maior confiança e firmeza aos gestores no processo decisório (SANTOS *et al* 2009).

No entanto, segundo os empresários a documentação recebida por eles se resume a folha de pagamento, guias para pagamentos de tributos entre eles Simples

Nacional e Previdência Social, balanços e balancetes, revelando assim divergências nas respostas e/ou desconhecimento por parte dos empresários, ao não utilizarem todas as informações que lhes são disponibilizadas.

Este desconhecimento em relação a tudo que podem obter de informações através do profissional contábil, talvez seja o motivo que leva os empresários a buscarem outras formas de controle para auxiliar na gestão de seu negócio. Observou-se que planilhas do Excel, anotações manuais de compra e venda, livro caixa e sistemas internos, são amplamente utilizados como fonte extra de informação.

O Quadro 12 destaca também, que embora alguns empresários tenham o hábito de questionar e analisar as informações de sua empresa junto ao profissional contábil, alguns só os procuram quando julgarem necessário, principalmente quando há algum resultado muito expressivo que necessite de explicação, a maioria, no entanto não costuma questionar, afirmam que confiam no trabalho exercido por seu profissional de contabilidade ou ainda, que os contratam apenas para parte fiscal e tributária, pois produzem as informações que necessitam para gerenciar seu próprio negócio, não sendo necessário, portanto entender ou questionar as informações adquiridas através da contabilidade.

Com base nisso, é que o profissional contábil deve buscar cada vez mais se aproximar e explicar ao empresário como funciona a sua empresa do ponto de vista contábil, orientar formas legais e corretas que devem ser adotadas por ele visando melhorar o próprio negócio. Demonstrar que a contabilidade pode ser uma aliada no processo decisório, podendo vir a suprir todas as necessidades de informação que hoje existem nas micro e pequenas empresas.

Já o Quadro 13 demonstra as características da informação contábil. As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários, as quais foram aprovadas pela Resolução nº 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2011).

Uma das características que qualifica a informação é a comparabilidade, através dela os usuários devem ser capazes de comparar as Demonstrações Contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira (CRCPR, 2013), no entanto, para os profissionais contábeis para que essa comparação seja possível, é necessário que haja qualidade nas informações disponibilizadas pelos empresários, uma vez que são eles os

responsáveis por informar toda a movimentação ocorrida na empresa mensalmente. Além disso, a informalidade também pode prejudicar essa comparação uma vez que nas micro e pequenas empresas, o patrimônio do empresário se confunde muito com o patrimônio da entidade, ferindo o princípio da entidade contábil.

Quadro 13 - Características da Informação Contábil

Aspectos Pesquisados	Empresários	Profissionais Contábeis
Comparabilidade	<ul style="list-style-type: none"> -Permite comparação para a maioria. -Não permite comparação para alguns. 	<ul style="list-style-type: none"> -Permitem comparação, no entanto depende da qualidade da informação disponibilizada pelo empresário. -Não permite comparação porque o patrimônio do empresário se confunde muito com o patrimônio da empresa, não há uma forma clara de separação desses patrimônios.
Compreensibilidade	<ul style="list-style-type: none"> -A maioria considera de fácil compreensão, embora não as utilize. -Alguns não compreendem sem o auxílio do profissional contábil por não terem conhecimento na área. 	<ul style="list-style-type: none"> Consideram de fácil compreensão desde que tenham o auxílio do profissional contábil.
Tempestividade	<ul style="list-style-type: none"> -Sim, possibilitando estar sempre atualizado quanto ao andamento da empresa. -Não, disponibiliza somente quando solicitado. 	<ul style="list-style-type: none"> Sim, no entanto depende do empresário repassar em dia a documentação.
Verificabilidade	<ul style="list-style-type: none"> -Sim, permite análise mensal e anual da situação econômica e financeira. -Não, a análise é feita através de controle interno e não contábil. 	<ul style="list-style-type: none"> Permitem análise, no entanto depende da qualidade da informação disponibilizada pelo empresário.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Quanto à compreensibilidade das informações contábeis, observou-se que a maioria dos empresários entrevistados as considera de fácil compreensão, embora não as utilize. Desta forma, o objetivo da característica da compreensibilidade que é classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível (CFC, 2011), foi alcançado, levando em consideração a resposta da maioria dos empresários.

Outros, no entanto, não as compreendem sem a explicação do profissional contábil, principalmente por não possuírem conhecimento técnico na área, mesma opinião da maioria dos profissionais de contabilidade entrevistados.

Em relação à característica da tempestividade, em que os fenômenos patrimoniais devem ser registrados no momento de sua ocorrência e divulgados em

tempo hábil para os usuários (CRCRS, 2016), observou-se que tanto para os profissionais contábeis, como para a maioria dos empresários entrevistados, as informações costumam ser disponibilizadas sempre de forma atualizada, possibilitando ao empresário estar sempre atualizado quanto ao andamento da empresa. Já para outros empresários, as informações não chegam a tempo, a menos que sejam solicitadas, desta forma não são utilizadas na gestão da empresa, uma vez que a informação mais antiga é a que tem menos utilidade (CFC, 2011), elas acabam servindo apenas para as questões legais.

A característica da verificabilidade existe para que diferentes observadores possam chegar a um consenso sobre o retrato de uma realidade econômica da empresa (CFC, 2013), ou seja, permite que o empresário consiga analisar e comparar a situação econômica e financeira de sua empresa durante os exercícios contábeis. Conforme apresentado no Quadro 12, parte dos empresários entrevistados, afirmaram realizar análise mensal e anual da situação econômica e financeira de suas empresas através das demonstrações que recebem de seus profissionais contábeis, estes por sua vez ressaltam que essa análise só será possível de ser feita corretamente se seu cliente repassar em dia toda a documentação relacionada à empresa. Houve empresários também que disseram realizar essa análise econômica e financeira, baseados em controles internos, não se utilizando da contabilidade para este fim.

E por último o Quadro 14 demonstra a tomada de decisão nas microempresas e empresas de pequeno porte, apresentando os principais resultados relacionados ao uso das informações contábeis na tomada de decisão, neste aspecto, de acordo com todos os empresários entrevistados, as Informações contábeis refletem a realidade das suas empresas.

Assim sendo, permitem aos empresários, avaliar e posicionar investimentos e resultados empresariais, fornecendo orientações para tabulação do fluxo de caixa, planejamento, controles e tomadas de decisão (CFC, 2008).

Para os profissionais contábeis entrevistados, no entanto, as informações contábeis só refletem a realidade das empresas de seus clientes, a partir do momento em que os mesmos se comprometem e repassam todos os dados e movimentações da empresa para escrituração contábil, caso contrário, as informações geradas pela contabilidade não refletem a realidade da empresa,

apenas, são resultado daquela documentação entregue, isto ocorre segundo os profissionais contábeis, devido principalmente, à questão da informalidade.

Quadro 14 - Tomada de Decisão

Aspectos Pesquisados	Empresários	Profissionais Contábeis
As Informações contábeis refletem a realidade da empresa?	- Sim, pois são embasadas nas informações passadas ao profissional contábil.	-Sim, desde que o empresário repasse toda a movimentação da empresa ao profissional contábil. -Não, porque para alguns empresários não há separação entre o patrimônio da empresa e da pessoa física.
As Informações contábeis auxiliam nas tomadas de decisões?	-Sim, quando comparadas com anos anteriores, podem auxiliar quanto ao melhor período para comprar, vender, estocar etc... -Não auxiliam, pois geram as próprias informações e não utilizam a contabilidade.	-Poderiam auxiliar, no entanto, os empresários não utilizam. -Os empresários se baseiam mais no fluxo de caixa da empresa e em seus controles internos do que propriamente nas demonstrações contábeis
Em que momento o empresário recorre ao profissional contábil?	-Contratação ou rescisão trabalhista. -Informações para instituições financeiras. -Tributação.	-Quando estão com dificuldades financeiras. -Documentação para instituições bancárias. -Quando quer expandir o negócio. -Questões Tributárias
As Informações contábeis são utilizadas em decisões de financiamento?	-Sim, alguns utilizam. -Não, geram as informações que necessitam para a tomada das decisões de financiamento através de controle interno e não contábil.	-Poucos utilizam -Sim, os empresários procuram, pois somente mediante apresentação dos balanços contábeis poderão ter acesso ao financiamento.
As Informações contábeis são utilizadas em decisões estratégicas?	-Sim, alguns as utilizam como forma de avaliar possíveis expansões do negócio. -Não, geram as próprias informações para tomar decisões estratégicas.	-Não, costumam agir mais por impulso do que influenciados pela informação contábil. -Sim, para decisões em longo prazo, como expansão do negócio ou investimentos.
Função da informação contábil nas micro e pequenas empresas.	-Atender a legislação. -Controle dos resultados -Manter o empresário atualizado e a empresa com credibilidade.	-Atender as questões fiscais -Conseguir financiamento bancário.
Melhorias na informação contábil visando ser mais utilizada.	-Sim, informações mais claras através de uma contabilidade menos burocrática. -Não, considera que as existentes sejam suficientes.	-Demonstrar as informações de uma forma que o empresário compreenda, através de uma linguagem mais acessível e objetiva. -Maior responsabilidade e comprometimento por parte do empresário ao repassar as informações relacionadas à empresa, ao profissional contábil.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Conforme observado no Quadro 14, embora todos os empresários considerem que as Informações contábeis refletem a realidade de seus empreendimentos, a grande maioria não as utiliza nas tomadas de decisão, preferindo se basear no fluxo de caixa de suas empresas e em seus controles internos entre eles, planilhas em Excel e anotações de compra e venda, para este fim.

Os empresários entrevistados procuram seus profissionais contábeis principalmente para auxílio com questões trabalhistas, como contratação ou rescisão de funcionários, questões financeiras como solicitar informações para instituições bancárias e questões relacionadas à tributação. Para os profissionais contábeis, os empresários procuram seu auxílio principalmente quando estão com dificuldades financeiras, necessitam de documentação para instituições bancárias, querem conselhos quanto à expansão do seu negócio e questões tributárias. Isto demonstra, que não basta que as informações sejam disponibilizadas mensalmente pelo profissional contábil, é necessário que cheguem à pessoa certa, no formato desejado e no momento em que o empresário necessitar e considerar oportuno (SANTOS, DOROW E BEUREN, 2016).

Em decisões de financiamento, os empresários recorrem ao profissional contábil principalmente devido às exigências das instituições financeiras para conceder esses financiamentos, que normalmente só acontece mediante análise dos balanços contábeis da empresa. Fora isto, para grande parte dos entrevistados, as decisões de financiamento são tomadas tendo por base os controles internos de cada empresário.

Em seu estudo, Santos, Dorow e Beuren (2016) destacam que a tomada de decisão não pode ser apenas baseada na intuição ou experiência do gestor, no entanto, essa afirmação vem em desencontro ao que é observado através do Quadro 14, neste, é possível observar que os empresários, segundo os profissionais contábeis, costumam agir por impulso quando se trata de decisões estratégicas, a menos que se trate de decisões em longo prazo, como expansão do negócio ou investimentos, neste ponto, há uma concordância entre as respostas de ambos os entrevistados.

Quando perguntados sobre a principal função das informações contábeis nas micro e pequenas empresas, profissionais contábeis e empresários foram unânimes ao afirmar que o atendimento a parte legal e fiscal da empresa está entre

as principais atribuições da escrituração contábil. No entanto, essa resposta vem em desconformidade ao real objetivo da informação contábil nas pequenas empresas, que é oferecer informação sobre a posição financeira (Balanço Patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que sejam úteis para a tomada de decisão por vasta gama de usuários (CFC, 2012).

Os empresários entrevistados, acrescentaram ainda que a principal função da informação contábil é o controle dos resultados, além de manter o empresário atualizado e a empresa com credibilidade, enfatizando o estudo de Coelho Neto, onde afirma que a contabilidade é, sem dúvida, a maior fonte de informações sobre a empresa, permitindo conhecer, com facilidade, todos os fatos que ocasionaram alteração qualitativa ou quantitativa, servindo de bússola na administração dos negócios e contribuindo para o alcance dos objetivos.

Em última análise, para os empresários entrevistados, o principal aspecto de melhoria nas informações contábeis para elas se tornarem mais utilizadas nas empresas, seria necessário repassar as informações de uma forma mais clara através de uma contabilidade menos burocrática.

O uso da linguagem contábil também foi comentado pelos profissionais contábeis, segundo eles, as informações contábeis deveriam ser demonstradas de uma forma que o empresário compreenda, através de uma linguagem mais acessível e objetiva. Nesse sentido, segundo o estudo Santos *et al* (2009), a utilização da contabilidade gerencial pode ser um começo, uma vez que ela baseia-se fundamentalmente em traduzir e interpretar os dados constantes nos relatórios contábeis, de forma a proporcionar ao administrador condições de entender essas informações, tornando-as úteis no processo decisório (SANTOS, 2009).

Outro aspecto comentado pelos profissionais contábeis foi à necessidade de uma maior responsabilidade e comprometimento por parte do empresário ao repassar as informações relacionadas à empresa, para contabilidade.

Com base no exposto, fica demonstrado que nas pequenas e microempresas, onde a direção é constituída geralmente, por um proprietário (a), extremamente atarefado, que pouco ou nada conhece dessa “linguagem dos números” e pouco tempo tem para se dedicar a análises sobre os resultados de suas decisões, as informações contábeis fornecidas pelos profissionais de contabilidade, não costumam ser utilizadas para tomada de decisões gerenciais,

sendo substituídas muitas vezes por controles internos, passando a ter apenas característica legal e fiscal.

Desta forma, seu gerenciamento e suas decisões, passam a se basear apenas em suas experiências e seu conhecimento no assunto, muitas vezes insuficiente, agindo com base na intuição. Neste sentido, vale ressaltar que as informações quando detalhadas e explicadas pelo profissional contábil, permitirão dar um suporte com maior carga de racionalidade às decisões que o empresário deve tomar (CRCSP, 2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivos demonstrar quais são as informações disponibilizadas pelos profissionais de contabilidade do município de Alegrete/RS, identificar as características das informações contábeis e sua utilização para a tomada de decisão, além de avaliar a percepção dos empresários e dos profissionais de contabilidade quanto à importância das demonstrações contábeis no processo de gestão das micro e pequenas empresas localizadas no município. Assim, com o intuito de atingir estes objetivos, foi desenvolvida e aplicada uma pesquisa a 05 profissionais de contabilidade e 15 empresários da cidade de Alegrete/RS.

Sabendo que cada empresa possui a sua maneira de controlar os recursos e que os gestores possuem as informações e muitas vezes não as utilizam ou as avaliam de forma equivocada, por desconhecerem métodos mais precisos de avaliação de suas demonstrações contábeis, buscou-se saber qual a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas e dos profissionais de contabilidade em relação à importância atribuída às informações contábeis e sua utilização para que a empresa alcance a otimização de seus resultados.

Inicialmente, em relação às informações fornecidas pelos profissionais de contabilidade aos micro e pequenos empresários da amostra, a análise dos dados revelou que segundo os empresários a documentação recebida por eles são as informações que mais frequentemente são disponibilizadas pelos profissionais contábeis e se resume a folha de pagamento, guias para pagamentos de tributos entre eles Simples Nacional e Previdência Social, balanço patrimonial e balancetes. Constatou-se ainda, que a maioria das empresas utiliza planilhas eletrônicas,

anotações manuais de compra e venda, livro caixa e sistemas internos como fonte extra de informação.

Já os profissionais de contabilidade afirmam que, além das demonstrações contábeis obrigatórias, que são Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, disponibilizam também informações referentes ao Fluxo de Caixa, orçamento e análise econômica através dos índices ou indicadores financeiros, isso demonstra que a maioria dos empresários desconhece todo o potencial de informações que os profissionais contábeis têm a oferecer.

No que se refere à compreensão dos empresários em relação às informações contábeis recebidas, a maioria dos entrevistados as considera de fácil compreensão. Outros, no entanto, não as compreendem sem a explicação do profissional contábil, principalmente por não possuírem conhecimento técnico na área, no entanto confiam nas informações contábeis fornecidas para eles, sendo este um dos primeiros passos para que a contabilidade passe a ser usada no processo decisório. Mesma opinião da maioria dos profissionais de contabilidade entrevistados.

Posteriormente, constatou-se que todos os empresários participantes da pesquisa consideram que as informações geradas pela contabilidade refletem a realidade de seus empreendimentos e são de grande importância para auxiliar o micro e o pequeno empresário na gestão de seus negócios. No entanto, a grande maioria não as utiliza nas tomadas de decisão, preferindo se basear no fluxo de caixa de suas empresas e em seus controles internos para este fim.

Cabe ressaltar, ainda, que os profissionais contábeis e os empresários foram unânimes ao afirmar que o atendimento a parte legal e fiscal da empresa está entre as principais atribuições da escrituração contábil, relacionando isso à apuração de tributos como foco principal.

Percebe-se que para os empresários entrevistados, o principal aspecto de melhoria nas informações contábeis para elas se tornarem mais utilizadas nas pequenas empresas, seria repassar as informações de uma forma mais clara através de uma contabilidade menos burocrática. O uso da linguagem contábil também foi comentado pelos profissionais contábeis, segundo eles, as informações contábeis deveriam ser demonstradas de uma forma que o empresário compreenda, através de uma linguagem mais acessível e objetiva. Pode-se deduzir, portanto, que uma mudança na postura de quem prepara e disponibiliza essas informações

contábeis, pode ser um primeiro passo para que elas passem a ser utilizadas no processo decisório.

Por fim, apesar do empenho com que foi realizada a pesquisa bibliográfica e o cuidadoso estudo realizado através da aplicação das entrevistas, os resultados aqui obtidos não são representativos em âmbito municipal, uma vez que, de acordo com a amostra definida, foram levadas em consideração apenas as respostas de 05 profissionais contábeis e 15 empresários da cidade de Alegrete/RS em relação a essa temática, limitando, portanto os resultados da pesquisa.

Desta maneira, sugere-se a expansão do tema abordado, através da realização das entrevistas com um número maior de profissionais contábeis e empresários, além de expandir a pesquisa a outros municípios, buscando uma análise maior da percepção destes em relação ao uso das informações contábeis como instrumento de gestão.

Assim, este estudo pode contribuir para futuras pesquisas, afinal, é inegável a importância da contabilidade e suas informações para a gestão de qualquer negócio, tornando relevante o presente estudo, uma vez que, buscou demonstrar que uma análise mais precisa das demonstrações contábeis, devem ser fornecidas pelos profissionais de contabilidade e podem ser utilizadas como importante ferramenta de gestão às micro e pequenas empresas, contribuindo de forma significativa para as tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976** – Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm> Acesso em: 04 de Julho de 2016.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007** – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> Acesso em: 04 de Julho de 2016.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 11.941, de 27 de Maio de 2009** – Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nos 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nº 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 maio. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm> Acesso em: 04 de Julho de 2016.

BRASIL. **Simples Nacional: Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MÁRIO, Pueri do C.; AQUINO, André C. Busanelli de. **Contabilidade Gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos**. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTANHEIRA, Dariane Reis Fraga. **O Uso do Orçamento Empresarial como Ferramenta de Apoio à Tomada de Decisão e ao Controle Gerencial**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11122008-165845/pt-br.php>> Acesso em: 27 de Junho de 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Financeira: uma abordagem introdutória**. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COELHO NETO, Pedro (Coord.) **Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas**. 5. ed. Brasília: CFC: SEBRAE, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa**. Brasília : CFC, 2008

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. - Brasília: CFC, 2008

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ (CRCPR). **Práticas Contábeis Aplicadas Às: PME, ME, EPP E Entidades Sem Fins Lucrativos**. ed. Graciosa Gráfica e Editora Ltda. Curitiba: CRCPR, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ (CRCPR). **Demonstrações Contábeis: Aspectos Práticos - Elaboração e Apresentação conceitual de acordo com o IFRS**: Curitiba: CRCPR, s.d.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRCRS). **Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas**: Porto Alegre: CRCRS, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRCRS). **Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**: Porto Alegre: CRCRS, 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO (CRCSP). **Manual de Técnicas e Práticas de Elaboração de Fluxo de Caixa para Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: CRC/SP, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO (CRCSP). **Manual de Técnicas e Práticas de Gestão Estratégica de Custos nas Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: CRCSP, 2011.

COSTA, José Manoel da; NOGUEIRA, Daniel Ramos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DEBASTIANI, Carlos Alberto; RUSSO, Felipe Augusto. **Avaliando Empresas, Investindo em Ações**: a aplicação prática da análise fundamentalista na avaliação de empresas. São Paulo: Novatec Editora, 2008.

FERNANDES, Rogério Mario. **Orçamento Empresarial: uma abordagem conceitual e metodológica com prática através de simulador.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERON, Cecília Moraes Santostaso. **Evolução das Práticas Contábeis no Brasil nos Últimos Trinta Anos: Lei nº 6.404/76 à Lei nº 11.638/07.** Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-23102008-144110/en.>> Acesso em: 17 de Junho de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira.** 10. ed. -São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GROPPELLI, A.A; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Alexandre Silva de. **Análise das Demonstrações Contábeis: Considerando as mudanças causadas nas demonstrações pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 – Bagé: Unipampa, 2012.**

OLIVEIRA, Luís Martins de; PERES JÚNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos A. dos Santos. **Controladoria Estratégica.** 4. ed., 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MACEDO, Marcelo A. da Silva et al. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. **Revista Contabilidade & Finanças.** USP, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 299-318, set./out./nov./dez. 2011.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIVETTA, Geize. A Utilização do Fluxo de Caixa nas Empresas: Um Modelo Para a Pequena Empresa. **Revista Eletrônica de Contabilidade.** UFSM, Santa Maria, v.1, n. 2, dez/2004-fev/2005.

SAMPAIO, Adilson da Hora. **Um Estudo Sobre a Participação das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos Realizados na FIOCRUZ/BA.** Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/handle/icict/7173>> Acesso em: 08 de Junho de 2016.

SANTOS, Vanderlei dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas Gerenciais de Micro e Pequenas Empresas. **Revista Ambiente Contábil.** UFRN - Natal, v. 8., n. 1, p. 153 – 186, jan./jun. 2016.

SANTOS, Vanderlei dos; RENGEL, Silene; PATERNO, Amábile de Paris; BEUREN, Ilse Maria. Instrumentos da Contabilidade Gerencial utilizados em micro e pequenas empresas comerciais e disponibilizados por empresas de serviços contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. CRCSC –Florianópolis, v. 8, n. 24, p. 41-58, ago./nov. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **3 Anos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa** – Conectando a agenda econômica com a agenda social do Brasil. Brasília: SEBRAE, s.d.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **A Evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de 2009 a 2012** – Brasil. Brasília: SEBRAE, 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa** – Conheça as mudanças, os procedimentos e os benefícios. Brasília: SEBRAE, 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE (Org.). **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa - 2013**. 6. ed. São Paulo: SEBRAE: DIEESE, 2013.

SILVA, Francisco Felipe da. Demonstrações Contábeis Para Pequenas e Médias Empresas (PME's): elaboradas a partir da convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. CFC – Brasília, n. 200, p. 51-70, mar./abr. 2013.

SÖTHER, Ari; KAMPHORST, Cristiane. O orçamento empresarial como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas do município de Mondaí – SC. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. CRCSC – Florianópolis, v. 8, n. 24, p. 9 - 22, ago./nov. 2009.

SOUSA, Rejane Gomes de. **Aplicação IFRS para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/pocessaArquivo.php> Acesso em: 28 de Junho de 2016.

Zdanowicz, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 1.ed. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1986.

OBRAS CONSULTADAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas Brasileiras de Contabilidade** - NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. 2. ed. Brasília: CFC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil: 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevistas com Profissionais Contábeis



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO MODALIDADE LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA ECONÔMICA

Pesquisa desenvolvida para elaboração de monografia com o tema:
O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE

As informações serão utilizadas estritamente para elaboração da monografia e seu conteúdo terá tratamento absolutamente confidencial.

Roteiro elaborado com base no artigo: O Uso Das Informações Contábeis Para Fins Gerenciais – Nas Micro e Pequenas Empresas de autoria de Flávia de Oliveira Rapozo, em 2004.

FORMULÁRIO DE PESQUISA – PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE

PERFIL DO ENTREVISTADO

1) Idade:

- até 20 anos
- de 20 a 35 anos
- de 36 a 50 anos
- mais de 50 anos

2) Sexo

- Masculino Feminino

3) Qual a sua formação?

- Técnico em Contabilidade
- Bacharel em Ciências Contábeis

4) Possui Pós Graduação?

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Nenhuma

5) Quanto tempo você atua como profissional de contabilidade?

- até 1 ano
- de 1 a 3anos
- de 3 a 5 anos
- acima de 5 anos

6) Dedicar tempo à educação continuada?

- sim
- não

7) Caso tenha respondido “sim” à questão acima, qual dos eventos abaixo costuma participar?

- Palestras oferecidas pelo CRC ou CFC
- Cursos oferecidos pelo CRC ou CFC
- Outras palestras da área de contabilidade
- Outros cursos da área de contabilidade

8) Qual a periodicidade em que costuma participar dos eventos acima?

- quinzenal
- mensal
- semestral
- anual

PERFIL DO ESCRITÓRIO**9) Quanto tempo o escritório atua no mercado?**

- até 1 ano
- de 1 a 3 anos
- de 3 a 5 anos
- acima de 5 anos

10) Qual o número de empregados de seu escritório?

- até 5
- de 6 a 10
- de 11 a 20
- acima de 20

11) Seu escritório faz escrituração contábil para micro e pequenas empresas?

sim não

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DA INFORMAÇÃO

12) Quais são os documentos que você costuma receber das empresas as quais presta serviço contábil?

13) Após você ter acesso aos documentos disponibilizados pelo empresário, quais são os documentos, informações ou demonstrações contábeis que você como profissional contábil fornece de volta pra ele?

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Resultado
- Folha de Pagamento
- Previdência Social
- Contribuições e Tributos
- Simples Nacional
- Controle de contas a pagar/receber
- Fluxo de Caixa
- Orçamento de receita e despesa
- Documentos para participar de Licitações Públicas
- Análise econômico-financeira
- Outros – Relacionar: _____

14) Além das informações disponibilizadas por você, como profissional de contabilidade, você acredita que o empresário possa utilizar alguma outra forma de controle que auxilie no gerenciamento e na tomada de decisões do próprio negócio? Qual? (planilha do Excel, anotações de compras, vendas, preços da concorrência, etc..)

15) Você como profissional contábil tem o costume de ser questionado a respeito das informações e demonstrativos contábeis que fornece aos seus clientes?

16) Além dos relatórios e informações contábeis fornecidas, você considera que há necessidade de fornecer mais algumas informações que ainda não sejam disponibilizadas aos seus clientes proprietários de micro e pequenas empresas? Quais?

IV – CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

17) A característica da Comparabilidade diz que os registros e as informações contábeis devem possibilitar a análise da situação patrimonial da entidade ao longo do tempo e estaticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades. As demonstrações contábeis que você fornece ao micro e pequenos empresários permitem a eles comparar a situação patrimonial atual da empresa com anos anteriores?

18) A característica da Compreensibilidade afirma que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser entendidas por todos os usuários. Você considera as informações fornecidas por você ao micro e pequeno empresário, de fácil compreensão?

19) A característica da Tempestividade, os fenômenos patrimoniais devem ser registrados no momento de sua ocorrência e divulgados em tempo hábil para os usuários. Você consegue disponibilizar informações atualizadas e em tempo hábil aos seus clientes?

20) A característica da Verificabilidade, diz que os registros contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos. Esse atributo permite que o gestor possa analisar e comparar a situação econômica financeira de uma entidade em distintas épocas de sua atividade. As demonstrações contábeis fornecidas hoje por você, ao seu cliente micro empresário, permitem a ele comparar a situação econômica e financeira da empresa de hoje, com a de anos atrás?

TOMADA DE DECISÃO

21) Através da característica da Utilidade, os registros contábeis e as informações apresentadas devem atender às necessidades específicas dos diversos usuários. Você considera que as informações contábeis fornecidas por você atendem a essas necessidades e refletem a realidade da micro e pequena empresa para qual presta serviço?

22) Segundo a característica da Confiabilidade, o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão. Você considera que as informações contábeis fornecidas por você permitem que o empresário obtenha todas as informações que necessita para auxiliar na tomada de decisões da empresa?

- 23) Em que momentos o cliente costuma recorrer ou pedir auxílio ao você?**
- 24) Em sua opinião, seus clientes se utilizam das Informações contábeis para tomar decisões de financiamento?**
- 25) Em sua opinião, seus clientes se utilizam das Informações contábeis para tomar decisões estratégicas dentro da própria empresa?**
- 26) Em sua opinião, qual é a principal função das informações contábeis nas micro e pequenas empresas?**
- 27) Você considera necessário que sejam realizadas melhorias ou ajustes nas informações contábeis para que elas sejam mais utilizadas nas empresas?**

Apêndice B - Roteiro de Entrevistas com Micro e Pequenos Empresários



Universidade Federal do Pampa

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO MODALIDADE LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO
EM ENGENHARIA ECONÔMICA**

**Pesquisa desenvolvida para elaboração de monografia com o tema:
O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE**

As informações serão utilizadas estritamente para elaboração da monografia e seu conteúdo terá tratamento absolutamente confidencial.

Roteiro elaborado com base no artigo: O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas, de autoria de Angela Maria Stroeher e Henrique Freitas, publicado na Revista de Administração – eletrônica da USP, em 2008.

FORMULÁRIO DE PESQUISA – EMPRESÁRIOS

PERFIL DO ENTREVISTADO

1) Idade:

- até 20 anos
- de 20 a 35 anos
- de 36 a 50 anos
- mais de 50 anos

2) Sexo

- Masculino
- Feminino

3) Qual a formação do entrevistado?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Especialização

- Mestrado
- Doutorado

4) Há quanto tempo atua no mercado?

- até 1 ano
- de 1 a 3 anos
- de 3 a 5 anos
- acima de 5 anos

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

5) Qual o enquadramento da Empresa?

- Micro Empresa
- Empresa de Pequeno porte

6) Qual o setor de atuação da Empresa?

- Comércio
- Indústria
- Serviço

7) Há quanto tempo a empresa atua no mercado?

- até 1 ano
- de 1 a 3 anos
- de 3 a 5 anos
- acima de 5 anos

8) Qual o número de empregados da empresa?

- até 9
- de 10 a 20
- de 21 a 50
- acima de 50

9) A Faixa de faturamento anual de sua empresa é a seguinte:

- até R\$ 360.000,00
- de R\$ 360.000,00 à 1.440.000,00
- de R\$ 1.440.000,00 à 2.520.000,00
- de R\$ 2.520.000,00 à 3.600.000,00
- acima de R\$ 3.600.000,00

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DA INFORMAÇÃO

10) Quais são os documentos que você costuma disponibilizar ao profissional de contabilidade que presta serviço à sua empresa?

11) Após você disponibilizar os documentos ao profissional de contabilidade que presta serviço à sua empresa, quais são os documentos, informações ou demonstrações contábeis que você recebe de volta?

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Folha de Pagamento
- Previdência Social
- Contribuições e Tributos
- Simples Nacional
- Controle de contas a pagar/receber
- Fluxo de Caixa
- Orçamento de receita e despesa
- Documentos para participar de Licitações Públicas
- Análise econômico-financeira
- Outros – Relacionar: _____

12) Além das informações recebidas do profissional de contabilidade que presta serviço à sua empresa, você utiliza alguma outra forma de controle que auxilie no gerenciamento e na tomada de decisões do seu negócio? Qual? (planilha do Excel, anotações de compras, vendas, preços da concorrência, etc..)

13) Você tem o costume de questionar ou pedir explicações ao seu profissional contábil quanto às informações e demonstrativos contábeis fornecidos por ele? Por quê?

14) Além dos relatórios e informações contábeis recebidas do profissional contábil de sua empresa, você considera que há necessidade de mais algumas informações não disponibilizada pelo mesmo? Quais?

IV – CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

15) A característica da Comparabilidade diz que os registros e as informações contábeis devem possibilitar a análise da situação patrimonial da entidade ao longo do tempo e estaticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades. As demonstrações contábeis fornecidas pelo profissional de contabilidade da sua empresa permitem a você comparar a situação patrimonial atual da sua empresa com anos anteriores?

16) A característica da Compreensibilidade afirma que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser entendidas por todos os usuários. Você considera as informações fornecidas pelo seu profissional contábil, de fácil compreensão?

17) Na característica da **Tempestividade**, os fenômenos patrimoniais devem ser registrados no momento de sua ocorrência e divulgados em tempo hábil para os usuários. O profissional que realiza a contabilidade da sua empresa lhe disponibiliza informações atualizadas?

18) A característica da **Verificabilidade**, diz que os registros contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos. Esse atributo permite que o gestor possa analisar e comparar a situação econômica financeira de uma entidade em distintas épocas de sua atividade. As demonstrações contábeis fornecidas pelo profissional de contabilidade da sua empresa, permitem a você comparar a situação econômica e financeira sua empresa de hoje, com a de um ano atrás?

TOMADA DE DECISÃO

19) Através da característica da **Utilidade**, os registros contábeis e as informações apresentadas devem atender às necessidades específicas dos diversos usuários. Você considera que as informações contábeis fornecidas pelo seu profissional de contabilidade atendem a essas necessidades e refletem a realidade da sua empresa?

20) Segundo a característica da **Confiabilidade**, o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão. As demonstrações contábeis fornecidas pelo seu profissional de contabilidade permitem que você obtenha todas as informações que necessita para auxiliar na tomada de decisões da empresa?

21) Em que momentos você costuma recorrer ou pedir auxílio ao profissional de contabilidade que presta serviço a sua empresa?

22) Você se utiliza das Informações contábeis para tomar decisões de financiamento?

23) Você se utiliza das Informações contábeis para tomar decisões estratégicas dentro da sua empresa?

24) Em sua opinião, qual é a principal função das informações contábeis nas micro e pequenas empresas?

25) Você considera necessário que sejam realizadas melhorias ou ajustes nas informações contábeis para que elas sejam mais utilizadas nas empresas?